



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2018



ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Concurso Público para preenchimento de vagas de Auditor-Fiscal da Receita Estadual – Classe A – Padrão 1

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-005

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Grupo 1 – Grupo 2

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



Grupo 1

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto a seguir.

Os deuses de Delfos

Segundo a mitologia, Zeus teria designado uma medida apropriada e um justo limite para cada ser: o governo do mundo coincide assim com uma harmonia precisa e mensurável, expressa nos quatro motes escritos nas paredes do templo de Delfos: “O mais justo é o mais belo”, “Observa o limite”, “Odeia a hybris (arrogância)”, “Nada em excesso”. Sobre estas regras se funda o senso comum grego da Beleza, em acordo com uma visão do mundo que interpreta a ordem e a harmonia como aquilo que impõe um limite ao “bocejante Caos”, de cuja goela saiu, segundo Hesíodo, o mundo. Esta visão é colocada sob a proteção de Apolo, que, de fato, é representado entre as Musas no frontão ocidental do templo de Delfos.

Mas no mesmo templo (século IV a.C.), no frontão oriental figura Dioniso, deus do caos e da desenfreada infração de toda regra. Essa coabitação de duas divindades antitéticas não é casual, embora só tenha sido tematizada na idade moderna, com Nietzsche. Em geral, ela exprime a possibilidade, sempre presente e verificando-se periodicamente, da irrupção do caos na beleza da harmonia. Mais especificamente, expressam-se aqui algumas antíteses significativas que permanecem sem solução dentro da concepção grega da Beleza, que se mostra bem mais complexa e problemática do que as simplificações operadas pela tradição clássica.

Uma primeira antítese é aquela entre beleza e percepção sensível. Se de fato a Beleza é perceptível, mas não completamente, pois nem tudo nela se exprime em formas sensíveis, abre-se uma perigosa oposição entre Aparência e Beleza: oposição que os artistas tentarão manter entreaberta, mas que um filósofo como Heráclito abrirá em toda a sua amplitude, afirmando que a Beleza harmônica do mundo se evidencia como casual desordem. Uma segunda antítese é aquela entre som e visão, as duas formas perceptivas privilegiadas pela concepção grega (provavelmente porque, ao contrário do cheiro e do sabor, são reconduzíveis a medidas e ordens numéricas): embora se reconheça à música o privilégio de exprimir a alma, é somente às formas visíveis que se aplica a definição de belo (Kalón) como “aquilo que agrada e atrai”. Desordem e música vão, assim, constituir uma espécie de lado obscuro da Beleza apolínea harmônica e visível e como tais colocam-se na esfera de ação de Dioniso.

Esta diferença é compreensível se pensarmos que uma estátua devia representar uma “ideia” (presumindo, portanto, uma pacata contemplação), enquanto a música era entendida como algo que suscita paixões.

(ECO, Umberto. **História da beleza**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 55-56)

1. O autor organiza sua argumentação de modo a expor, no
 - (A) quarto parágrafo, uma conclusão que reafirma o argumento expresso anteriormente de que no conceito grego de beleza as oposições se anulam.
 - (B) terceiro e no quarto parágrafo, a opinião de que a beleza apolínea tem sido progressivamente substituída pelo conceito moderno de beleza dionisíaca.
 - (C) primeiro parágrafo, uma concepção moderna de beleza que se contrapõe ao senso comum grego ao abarcar a ideia do caos criativo.
 - (D) segundo parágrafo, uma visão inconsistente de beleza, ao contrariar os preceitos gregos de equilíbrio, moderação e harmonia.
 - (E) terceiro parágrafo, oposições na concepção grega de beleza, as quais se ligam à combinação dos princípios de ordem e caos.
2. Um segmento do texto tem seu sentido adequadamente expresso em outras palavras em:
 - (A) *Essa coabitação de duas divindades antitéticas não é casual* (2º parágrafo) / Esse confronto de duas entidades opostas não é propositado.
 - (B) *embora se reconheça à música o privilégio de exprimir a alma* (3º parágrafo) / conquanto se confira à música a prerrogativa de retundir a alma.
 - (C) *uma medida apropriada e um justo limite* (1º parágrafo) / uma medição precisa e um juízo restrito.
 - (D) *Sobre estas regras se funda o senso comum grego da Beleza* (1º parágrafo) / A partir destas convenções confundiu-se o padrão grego da Beleza.
 - (E) *Esta visão é colocada sob a proteção de Apolo* (1º parágrafo) / Esta interpretação é mantida sob a égide de Apolo.



3. Considerando-se o uso linguístico nos segmentos, no contexto em que ocorrem no texto, está correto o que se afirma em:
- (A) A reescrita de *embora se reconheça à música o privilégio de exprimir a alma* (3º parágrafo) com o verbo na voz passiva analítica deve conter a forma **seja reconhecida**.
 - (B) Ao substituir-se a conjunção em *Esta diferença é compreensível se pensarmos* (4º parágrafo) por **caso**, o verbo **pensar** deve assumir a forma do presente do modo subjuntivo.
 - (C) A forma verbal destacada em *Zeus teria designado* (1º parágrafo) pode ser substituída pelo pretérito imperfeito do subjuntivo sem prejuízo da correção gramatical.
 - (D) A substituição da forma verbal em *o governo do mundo coincide assim com uma harmonia precisa e mensurável* (1º parágrafo) por **ajusta-se** exige a substituição do elemento sublinhado por **à**.
 - (E) O sentido mantém-se inalterado caso se substitua o segmento sublinhado em *de cuja goela saiu [...] o mundo* (1º parágrafo) por **em cuja goela imergiu**.
-
4. O pronome que substitui corretamente o complemento verbal destacado no segmento, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, está expresso em:
- (A) *presumindo, portanto, uma pacata contemplação* (4º parágrafo) – a
 - (B) *a música era entendida como algo que suscita paixões* (4º parágrafo) – lhes
 - (C) *Zeus teria designado uma medida apropriada e um justo limite para cada ser* (1º parágrafo) – os
 - (D) *impõe um limite ao "bocejante Caos"* (1º parágrafo) – o
 - (E) *ela exprime a possibilidade [...] da irrupção do caos na beleza da harmonia* (2º parágrafo) – lhe
-
5. A frase escrita com clareza e correção, no que se refere ao emprego das formas verbais, é:
- (A) Tendo em vista ser este um projeto piloto, aqueles que se oporem ao novo sistema de arrecadação seriam convidados a manifestar suas críticas através de diferentes canais, como internet, telefone, além de debates com as lideranças.
 - (B) Os crimes de sonegação, que vêm persistindo a despeito do arrefecimento da fiscalização, atentam contra os cofres públicos e promovem a concorrência desleal, prejudicando o trabalhador honesto.
 - (C) Será vedada a autorização para a aquisição de matéria-prima ao contribuinte que não estivesse regular com o pagamento dos impostos na forma e no prazo que se estabeleceu na legislação tributária.
 - (D) Para participar da licitação, a empresa deverá possuir tecnologias gráficas de segurança que correspondesse às especificações do edital, além de obter todas as autorizações para operação no estado.
 - (E) Apenas depois que efetuasse o pagamento de todos os impostos e que mantivesse regularizada sua situação junto aos órgãos responsáveis é que as lojas estão aptas a abrir suas portas ao consumidor.
-
6. Os sinais de pontuação estão empregados corretamente em:
- (A) Ao produtor contratado será exigido disponibilizar à secretaria, acesso a um sistema digital que possibilite, a realização de pedidos, homologações, consultas ao *status* dos pedidos em análise – como condição para a continuidade do contrato.
 - (B) O sistema de controle de informação conforme estabelecido em contrato, precisa assegurar: sigilo, integridade, autenticidade e disponibilidade dos dados, para viabilizar a execução das ações de fiscalização e monitoramento dos processos.
 - (C) Será descredenciada a empresa que após ter sido notificada, descumprir as exigências estabelecidas na legislação tributária relativa à certificação requerida, para a industrialização ou comercialização de produtos de origem animal.
 - (D) Para efetuar o cadastro de beneficiário, o cidadão deverá preencher o formulário disponível no *síte* da secretaria, por meio do qual também encaminhará cópia dos documentos solicitados para análise pelo profissional responsável.
 - (E) O contribuinte que fabrica ou comercializa água mineral, natural ou artificial fica obrigado a utilizar o selo fiscal de controle nos lacres de água envasada em vasilhame retornável – independentemente, da unidade da federação de origem.
-
7. A frase em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) Tanto Apolo quanto Dioniso são divindades cuja simbologia, especialmente no plano das artes, são riquíssimas.
 - (B) Criar ou apreciar obras de arte requerem a ativação de valores relativos à beleza, os quais são complexos e variáveis.
 - (C) Apolo, assim como a divindade antípoda, Dioniso, está nos fundamentos da representação de beleza para os gregos.
 - (D) Durante séculos exercem influência sobre os artistas ocidentais o conceito de beleza que vigorava na antiga Grécia.
 - (E) Sabem-se que os padrões de beleza para os gregos estão atrelados a uma visão específica de equilíbrio.



8. A frase redigida em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) Esta gerência, tendo apoiado-se na análise de peritos no assunto, firmou o entendimento que as mercadorias relacionadas no documento subscrito não estão sujeitas ao regime de substituição tributária pelas operações posteriores.
 - (B) Cabe ao estabelecimento fornecedor emitir nota fiscal em nome do estabelecimento adquirente, a qual, além das exigências já previstas, devem constar nome, endereço e número de inscrição estadual do estabelecimento aonde os produtos serão entregues.
 - (C) O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo e seus acréscimos, seja qual for a modalidade do seu pagamento, quando for constatada a ocorrência de erro no cálculo do montante do débito.
 - (D) As operações de saída com destino a empresas do comércio varejista de insumos agropecuários dispõem-se de isenção fiscal e redução de base de cálculo, conforme já prevê-se em lei, desde que observados os requisitos exigidos para cada caso.
 - (E) Conclui-se, após análise criteriosa do caso em questão, de que a colocação de embalagem definitiva, que visa acondicionar o produto na forma sobre que ele será apresentado e adquirido pelo consumidor final, caracteriza industrialização.

Raciocínio Lógico-Quantitativo e Matemática Financeira

9. O segundo termo da sequência aritmética (a_n) , de razão 9, é igual ao oitavo termo da sequência geométrica (b_n) , de razão $-\frac{1}{2}$. Além disso, os quintos termos das duas sequências são iguais.

Nessas condições, o valor da soma infinita S , dada por

$$S = b_1 + b_2 + b_3 + \dots + b_n + \dots,$$

é igual a

- (A) 192.
 - (B) 188.
 - (C) 288.
 - (D) 256.
 - (E) 216.
-
10. Os matemáticos definem diferentes tipos de médias entre dois números positivos e, para cada aplicação, escolhem qual o tipo mais adequado a ser utilizado. A média harmônica H entre os números positivos a e b , por exemplo, é definida como o inverso da média aritmética dos inversos desses números, ou seja,

$$H = \frac{1}{\frac{\frac{1}{a} + \frac{1}{b}}{2}}$$

A média aritmética dos números 5 e 20 supera a média harmônica desses mesmos números em

- (A) 4,75 unidades.
- (B) 5 unidades.
- (C) 4 unidades.
- (D) 4,25 unidades.
- (E) 4,5 unidades.



11. Há dois anos, Marcelo recebeu R\$ 100.000,00 como resultado do fechamento de um negócio e decidiu investir esse dinheiro no mercado financeiro. Após conversar com um consultor, ele aplicou parte do valor em um fundo de ações A e, o restante, em um investimento estruturado B. Marcelo acaba de resgatar o valor completo das duas aplicações, totalizando R\$ 137.800,00. De acordo com o relatório elaborado pelo consultor, no período de 2 anos, o fundo A rendeu o equivalente a 0,8% ao mês, enquanto que o investimento B rendeu o equivalente a 2,2% ao mês, com ambos os rendimentos calculados no regime de juros compostos. O valor, em reais, aplicado por Marcelo, há dois anos, no fundo de ações A foi de
- (A) 60.000,00.
(B) 65.000,00.
(C) 45.000,00.
(D) 50.000,00.
(E) 55.000,00.

Dados:

$$(1,008)^{12} \approx 1,1$$

$$(1,022)^{12} \approx 1,3$$

12. Em um campeonato de futebol, as equipes recebem 3 pontos a cada vitória, 1 ponto por empate e não recebem ponto quando são derrotadas. Faltando somente a última rodada para ser disputada, apenas a equipe X, com 74 pontos, e a equipe Y, com 73 pontos, ainda têm chance de vencer o campeonato. O campeão será aquele que somar mais pontos ao final da última rodada, sendo que, em caso de empate, os critérios estabelecidos no regulamento indicam que a equipe Y será a campeã. Considerando os adversários de cada equipe na última rodada, analistas esportivos estimaram, para as equipes X e Y, as seguintes probabilidades para os jogos que decidirão o torneio:

Equipe	Adversário na última rodada	Probabilidade de vitória	Probabilidade de empate	Probabilidade de derrota
X	P	50%	30%	20%
Y	Q	80%	10%	10%

Admitindo que os resultados dos jogos das equipes X e Y na última rodada sejam independentes, a probabilidade de que a equipe X seja campeã, de acordo com a estimativa dos analistas, é igual a

- (A) 60%.
(B) 63%.
(C) 50%.
(D) 55%.
(E) 58%.
13. Um dos diretores de uma pequena indústria têxtil fez a seguinte afirmação durante uma reunião da diretoria: *Se todas as matérias-primas forem entregues no prazo e nenhuma máquina de tingimento sofrer avaria, então o setor de produção conseguirá atingir a meta de setembro.* Ao final do mês, porém, constatou-se que a meta de setembro não foi atingida pelo setor de produção. Considerando que a análise do diretor estava certa, é correto concluir que, necessariamente,
- (A) nenhuma matéria-prima foi entregue no prazo e pelo menos uma máquina de tingimento sofreu avaria.
(B) algumas matérias-primas foram entregues fora prazo, mas nenhuma máquina de tingimento sofreu avaria.
(C) pelo menos uma matéria-prima não foi entregue no prazo ou uma máquina de tingimento sofreu avaria.
(D) nem todas as matérias-primas foram entregues no prazo e pelo menos uma máquina de tingimento sofreu avaria.
(E) as matérias-primas não foram entregues no prazo ou todas as máquinas de tingimento sofreram avaria.
14. O preço à vista de um apartamento é R\$ 210.000,00. Jorge fez uma proposta ao proprietário para adquirir esse imóvel pagando-o em três parcelas iguais, a primeira à vista, a segunda após 1 ano e a terceira depois de 2 anos. O proprietário aceitou a proposta, desde que fossem cobrados juros compostos de 100% ao ano sobre o saldo devedor após o pagamento de cada parcela. Nas condições impostas pelo proprietário, o valor de cada uma das três parcelas a serem pagas por Jorge, em reais, deverá ser igual a
- (A) 70.000,00.
(B) 130.000,00.
(C) 120.000,00.
(D) 90.000,00.
(E) 100.000,00.

**Direito Constitucional**

15. Determinada lei estadual complementar cria região metropolitana, constituída pelo agrupamento de municípios limítrofes, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, dentre as quais habitação e serviços de saneamento básico. A mesma lei cria, ainda, autarquia vinculada à Administração estadual, com poder de decisão em relação aos assuntos de interesse da região metropolitana. Considerada a disciplina da matéria na Constituição Federal, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei estadual é
- (A) inconstitucional, no que se refere à atribuição de poder decisório à autarquia estadual, uma vez que esse deve ser exercido conjuntamente por Estado e Municípios integrantes da região metropolitana, embora a participação dos entes no órgão decisório não necessite ser paritária.
 - (B) inconstitucional, no que se refere à criação da autarquia estadual, cuja instituição se deve dar por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante prévia autorização legal, e não por lei, sob pena de ofensa ao princípio da separação de poderes.
 - (C) constitucional, no que se refere à instituição da região metropolitana, às funções objeto de integração e a instituição e atribuições da autarquia estadual.
 - (D) inconstitucional, no que se refere aos serviços de saneamento básico, os quais são de competência dos Municípios, não cabendo ao Estado legislar sobre a matéria, ainda que seja para o fim de criação de região metropolitana.
 - (E) inconstitucional, uma vez que a hipótese seria de criação de aglomeração urbana, e não de região metropolitana, mediante lei ordinária, e não complementar.
-
16. Suponha que projeto de lei estadual, de iniciativa do Governador do Estado respectivo, pretenda conceder anistia a infrações disciplinares de determinada espécie, praticadas por servidores públicos estaduais vinculados ao Poder Executivo. À luz da disciplina constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinentes, referido projeto de lei será
- (A) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre organização e funcionamento da Administração pública, cuja disciplina sujeita-se à competência privativa do Chefe do Poder Executivo do ente federado a que vinculados os servidores anistiados, e não do Poder Legislativo respectivo.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre matéria de competência da União, a ser exercida pelo Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, e não mediante lei.
 - (C) compatível com a Constituição Federal, por versar sobre servidores públicos estaduais, que é matéria de competência legislativa do Estado-membro e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo respectivo.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre anistia, que é matéria de competência legislativa privativa da União, de iniciativa exclusiva do Presidente da República.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre anistia, matéria sobre a qual cabe privativamente ao Presidente da República dispor mediante decreto.
-
17. Considere que o órgão de fiscalização competente de determinado Estado da federação tenha autuado certo contribuinte pelo suposto descumprimento de obrigações tributárias acessórias, impondo-lhe, após a apresentação de defesa e produção de provas, a penalidade de multa respectiva, prevista em lei estadual. Interposto recurso na esfera administrativa tempestivamente, foi proferida decisão negando-lhe seguimento, por não ter o contribuinte efetuado depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens no valor da penalidade imposta, como exigido na mesma lei estadual, considerando-se assim encerrada a instância administrativa.
- Nessa situação, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o processo administrativo desenvolveu-se de maneira
- (A) irregular, uma vez que o fundamento que ensejou a decisão que negou seguimento ao recurso administrativo é juridicamente inadmissível, cabendo ao contribuinte, caso pretenda questionar a autuação e imposição de penalidade, valer-se da via judicial, podendo ser exigida a realização de depósito prévio como requisito de admissibilidade da ação, caso assim previsto em lei.
 - (B) regular, uma vez que, além de terem sido assegurados contraditório e ampla defesa ao contribuinte, somente é vedada a exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário, e não em processo administrativo, em que a exigência é cabível, desde que prevista em lei.
 - (C) regular, uma vez que assegurados o contraditório e a ampla defesa ao contribuinte e efetuada exigência estabelecida em lei, cabendo-lhe, caso pretenda questionar a autuação e imposição de penalidade, valer-se da via judicial, podendo ser exigida a realização de depósito prévio como requisito de admissibilidade da ação, caso assim previsto em lei.
 - (D) regular, uma vez que assegurados o contraditório e a ampla defesa ao contribuinte e efetuada exigência estabelecida em lei, cabendo-lhe, caso pretenda questionar a autuação e imposição de penalidade, valer-se da via judicial, não podendo, no entanto, ser exigida a realização de depósito prévio como requisito de admissibilidade da ação, ainda que assim previsto em lei.
 - (E) irregular, uma vez que o fundamento que ensejou a decisão que negou seguimento ao recurso administrativo é juridicamente inadmissível, sendo cabível reclamação para o Supremo Tribunal Federal em face da referida decisão, para que o recurso administrativo seja apreciado pela autoridade competente, independentemente de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens.



18. Suponha que edital de concurso público para preenchimento de cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração direta de determinado Estado estabeleça limite de idade para inscrição no certame. Certo indivíduo, cuja inscrição foi indeferida administrativamente, em caráter definitivo, em função do referido limite, impetra mandado de segurança, com vistas a assegurar sua participação, sob o fundamento de ser inconstitucional a exigência editalícia em questão. Nesse caso, considerado o disposto na Constituição Federal, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, o mandado de segurança é, em tese,
- (A) cabível, por se destinar à tutela de suposto direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, lesado por ato de autoridade pública; e, no mérito, será procedente, ainda que o limite de idade esteja previsto em lei, uma vez que é proibido o estabelecimento de diferença de critérios de admissão por motivo de idade.
 - (B) cabível, por se destinar à tutela de suposto direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, lesado por ato de autoridade pública; mas, no mérito, será improcedente, se o limite de idade estiver previsto em lei e puder ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
 - (C) incabível, pois o mandado de segurança não é meio idôneo para o exercício de controle de constitucionalidade, sendo hipótese de ajuizamento de ação civil pública, para a qual estão legitimados o Ministério Público ou, se o prejudicado comprovar insuficiência de recursos, a Defensoria Pública.
 - (D) incabível, pois o mandado de segurança não é substitutivo de ação popular, a qual seria adequada na situação em tela, e para a qual estaria legitimado qualquer cidadão, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (E) incabível, independentemente do cargo a ser preenchido, se o limite de idade estiver previsto em lei, uma vez que não haverá prática de ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade pública, hipótese em que a lei deverá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, para cuja propositura, no entanto, não está legitimado o prejudicado pela exigência editalícia.

19. Considere as seguintes situações:

- I. Suspensão do pagamento da dívida fundada, por três anos consecutivos, sem que haja para tanto motivo de força maior.
- II. Ausência de aplicação do mínimo exigido constitucionalmente da receita do ente federativo na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- III. Não pagamento no prazo, de modo deliberado e por razão injustificada, de precatórios judiciais.

À luz da disciplina constitucional da matéria, ensejam tanto a intervenção da União nos Estados quanto dos Estados nos Municípios as situações retratadas em

- (A) II e III, mediante provimento, pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal de Justiça estadual, conforme se trate de intervenção federal ou estadual, de representação do chefe do Ministério Público federal ou estadual, respectivamente; a situação retratada em I não enseja decretação de intervenção, por não preenchimento dos requisitos constitucionais pertinentes.
- (B) I, por decreto do Chefe do Poder Executivo, a ser submetido à apreciação do Poder Legislativo respectivo no prazo de 24 horas; II e III, mediante provimento, pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal de Justiça estadual, conforme se trate de intervenção federal ou estadual, de representação do chefe do Ministério Público federal ou estadual, respectivamente.
- (C) I e II, ambas por decreto do Chefe do Poder Executivo, a ser submetido à apreciação do Poder Legislativo respectivo no prazo de 24 horas; a situação retratada em III enseja decretação de intervenção da União nos Estados, mediante requisição do órgão judiciário competente, mas não intervenção dos Estados nos Municípios.
- (D) I, por decreto do Chefe do Poder Executivo, a ser submetido à apreciação do Poder Legislativo respectivo no prazo de 24 horas; II, mediante provimento pelo Supremo Tribunal Federal de representação do Procurador-Geral da República, em caso de intervenção federal, e por decreto do Governador do Estado, em caso de intervenção estadual; e III, mediante requisição do órgão judiciário competente, em caso de intervenção federal, e provimento pelo Tribunal de Justiça de representação do Procurador-Geral de Justiça, em caso de intervenção estadual.
- (E) II, mediante provimento pelo Supremo Tribunal Federal de representação do Procurador-Geral da República, em caso de intervenção federal, e por decreto do Governador do Estado, em caso de intervenção estadual; e III, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, em caso de intervenção federal, e provimento pelo Tribunal de Justiça de representação do Procurador-Geral de Justiça, em caso de intervenção estadual; a situação retratada em I enseja decretação da União nos Estados, mas não intervenção dos Estados nos Municípios.

**Direito Administrativo**

20. O poder normativo atribuído ao Executivo deve observar limites e parâmetros constitucionalmente estabelecidos, dentre os quais
- (A) insere-se a competência para edição de decretos autônomos, em hipóteses expressas, passível de delegação aos entes de direito público que integram a Administração pública indireta, como autarquias, fundações e agências reguladoras, para exercício nas mesmas condições.
 - (B) a necessidade de existência de lei prévia tratando dos aspectos gerais e abstratos da questão, restando ao Executivo a obrigação de viabilizar a execução dessas diretrizes, por meio da disciplina do procedimento para tanto.
 - (C) destaca-se a expressa indelegabilidade de seu exercício, não sendo permitindo a nenhum outro ente da Administração indireta a edição de atos normativos.
 - (D) a possibilidade de sua delegação para agências reguladoras, constituídas sob a forma de autarquias, para organização das atividades reguladas, bem como para estabelecimento de critérios técnicos.
 - (E) a constitucionalidade de sua delegação aos entes integrantes da Administração pública indireta para edição de decretos regulamentadores que disciplinem aspectos técnicos em seus setores de atuação.
-
21. O caixa de uma instituição financeira pública deixou de efetivar a autenticação da guia de recolhimento de tributo que lhe fora apresentada por um cliente, juntamente com outras tantas faturas, não obstante tenha realizado a retirada dos recursos da conta-corrente do mesmo. O cliente constatou o equívoco meses depois, quando descobriu restrição a seu nome no cadastro de inadimplentes do ente federal credor do tributo. Tendo restado esclarecido que não se tratou de dolo por parte do funcionário do banco, bem como considerando o disposto no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, que trata da responsabilidade extracontratual do Estado,
- (A) não pode a instituição financeira, pessoa jurídica de direito privado, ser responsabilizada, tendo em vista que o dispositivo constitucional exige conduta dolosa quando se tratar de empregados públicos.
 - (B) o empregado responde pessoalmente pelos danos causados, considerando que, na forma do dispositivo constitucional, as empresas estatais exploradoras de atividades econômicas somente respondem objetivamente pelas condutas comissivas dolosas de seus empregados.
 - (C) a instituição financeira responderá objetivamente, com base no dispositivo constitucional, porque se consubstancia em empresa estatal prestadora de serviço público.
 - (D) a instituição financeira oficial não pode responder civilmente pelos atos praticados pelo caixa com base no dispositivo constitucional, pois se restringe à atuação dos servidores estatutários e o dano foi causado por empregado público.
 - (E) poderia ser imposta responsabilidade à pessoa jurídica de direito privado empregadora do caixa cuja atuação ensejou danos ao cliente, independentemente do vínculo funcional, caso se tratasse de prestadora de serviço público, o que não procede no presente caso.
-
22. Assemelha-se em características ou extensão o controle exercido pelos Tribunais de Contas com o exercido pela própria Administração pública sobre os atos por esta praticados porque
- (A) compreende, com limites, a possibilidade de verificação da adequação e pertinência da discricionariedade dos referidos atos.
 - (B) pode suspender os atos e contratos ilegais ou inconstitucionais, mas demanda intervenção de terceiros a depender da natureza do ato.
 - (C) configura forma de controle externo, permitindo análise de mérito das decisões tomadas pelos agentes públicos, inclusive para fins de revogação.
 - (D) configura forma de controle interno, abrangendo o poder de revisão dos atos diante de constatação de vício de legalidade ou de juízo de conveniência e oportunidade em prol do interesse público.
 - (E) não abrange o poder de rever referidos atos, apenas de anular, sob fundamento em vício de legalidade ou de economicidade.
-
23. Uma concessionária de serviço público regularmente contratada por um estado da federação sujeita-se ao
- (A) poder de tutela exercido pelo poder concedente, que lhe permite promover alterações unilaterais no contrato, qualitativas e quantitativas, independentemente de concordância do contratado.
 - (B) poder de autotutela exercido pelo poder concedente, titular do serviço público, o que lhe confere prerrogativa suficiente de suplantar disposições contratuais para rever atos praticados pela contratada.
 - (C) poder de polícia exercido pelo ente na fiscalização da execução do contrato, a fim de garantir a adequada prestação do serviço público.
 - (D) poder hierárquico exercido pela Administração pública, considerando que as cláusulas exorbitantes que predicam os contratos administrativos posicionam a contratante em situação de superioridade.
 - (E) poder de polícia exercido pelo ente federado que figura como poder concedente, em relação aos atos externos ao contrato, dissociados desta avença, esta que traz as regras e condições para reger a relação de delegação de serviço público.



24. A invalidação dos atos administrativos pode se dar por anulação ou revogação. O aproveitamento dos atos administrativos que apresentem vícios pode se dar por meio de convalidação,
- (A) considerando que se trate de vício sanável, ou seja, competência, forma ou finalidade.
 - (B) desde que não se trate de ato que, por exemplo, tenha exaurido seus efeitos, de forma que o ato convalidatório não produzirá qualquer outro efeito.
 - (C) inserta no juízo discricionário da Administração pública, razão pela qual aplicável apenas aos atos discricionários.
 - (D) incabível para os atos discricionários, porque outro agente público não pode se imiscuir nas razões de mérito da decisão, à exceção do juízo de reconsideração, porque restrito à mesma autoridade.
 - (E) salvo se não houver ação judicial ajuizada, hipótese em que a competência revisional desloca-se exclusivamente para o Judiciário.
-
25. A encampação e a caducidade, no âmbito da delegação de serviços públicos a particulares, são
- (A) hipóteses de rescisão unilateral dos contratos de concessão de serviço público que dependem de prévia autorização legislativa, a fim de eximir o poder concedente dos impactos de eventual pedido indenizatório por reequilíbrio econômico-financeiro.
 - (B) formas de solucionar a inviabilidade de reequilíbrio econômico-financeiro comprovadamente necessário nos contratos de concessão, quando o poder concedente não aceite a via indenizatória como prioritária, na forma da lei.
 - (C) expressões do princípio da continuidade dos serviços públicos, pois conferem ao poder concedente a prerrogativa de extinção dos contratos de concessão de serviço público para garantir sua adequada prestação à população.
 - (D) formas de rescisão bilateral dos contratos de concessão de serviço público que se prestam a garantia do princípio da continuidade dos referidos serviços, com prévio estabelecimento dos critérios indenizatórios à concessionária.
 - (E) expressões dos princípios da supremacia do interesse público e da eficiência, positivados na legislação que rege as concessões de serviço público de forma hierarquicamente superior aos demais, a fim de garantir a prestação dos serviços ininterruptamente.
-
26. Nos termos da Lei nº 13.266, de 16 de abril de 1998, que institui a carreira do fisco da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás,
- (A) é direito subjetivo do cônjuge do funcionário fiscal a remoção para a localidade de lotação deste, independentemente da existência de cargo vago, desde que seu vínculo funcional seja estadual ou com o município no qual pretende exercer suas funções.
 - (B) inexistente direito subjetivo à remoção por união de cônjuges desde a instituição da vedação ao nepotismo no funcionalismo, cabendo aos servidores concorrerem ordinariamente para as localidades de lotação pretendidas.
 - (C) é direito subjetivo e expresso do servidor a remoção do cônjuge para seu local de trabalho, desde que seja funcionário público estadual ou federal.
 - (D) o servidor tem direito inequívoco a escolher sua lotação para provimento inicial quando seu cônjuge for funcionário público estadual estável, independentemente de se tratar do local de exercício deste.
 - (E) o funcionário fiscal tem direito à lotação em localidade diversa da sua, comprovada a impossibilidade de remoção de seu cônjuge, também servidor público estadual.
-

Direito Civil/Empresarial

27. Em relação à invalidade do negócio jurídico,
- (A) a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
 - (B) o negócio jurídico nulo pode ser confirmado e ratificado, embora não convalesça pelo decurso do tempo.
 - (C) é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado da prática do ato pelo causador da anulabilidade.
 - (D) é nulo o negócio jurídico simulado e meramente anulável o negócio dissimulado, se válido for na substância e na forma.
 - (E) é anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
-



28. Para o Código Civil, o abuso do direito

- (A) não é previsto no Código Civil, mas apenas na doutrina e na jurisprudência.
- (B) é previsto como ato ilícito, gerando apenas a possibilidade de desfazimento do ato, sem outras cominações legais.
- (C) é previsto como ato ilícito e gera responsabilidade ao agente ofensor, por desvio da finalidade social e econômica do ato tido por abusivo.
- (D) é previsto como ato ilícito, mas não gera responsabilidade ao agente ofensor, por não se tratar de ato ilegal.
- (E) é previsto como ato lícito, não gerando responsabilidade ao ofensor.

29. Considere os enunciados seguintes, relativos à responsabilidade civil:

- I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- II. Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem, desde que apurada sua culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- III. Os pais são responsáveis objetivamente pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, independentemente de culpa da conduta desses filhos menores.
- IV. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- V. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, IV e V.

30. Quanto aos prepostos e à escrituração das empresas, é correto afirmar:

- (A) O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema mecanizado de contabilidade, bem como levantar semestralmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- (B) Ressalvados os casos previstos em lei, nenhuma autoridade, juiz ou tribunal, sob qualquer pretexto, poderá fazer ou ordenar diligência para verificar se o empresário ou a sociedade empresária observam, ou não, em seus livros e fichas, as formalidades prescritas em lei.
- (C) Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, exceto se não autorizados por escrito.
- (D) Em nenhuma hipótese pode o preposto negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar de operação do mesmo gênero da que lhe foi fixada, sob pena de responder por perdas e danos.
- (E) Quando a lei não exigir poderes especiais, considera-se o gerente autorizado a praticar todos os atos necessários ao exercício dos poderes que lhe foram outorgados; os poderes conferidos a dois ou mais gerentes serão sempre solidários.

31. Quanto ao penhor, hipoteca e anticrese, é correto afirmar que

- (A) o credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.
- (B) os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção exata de seus quinhões.
- (C) é anulável a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se o débito não for pago no vencimento.
- (D) nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo pessoal, ao cumprimento da obrigação.
- (E) o pagamento de uma ou mais prestações da dívida hipotecária importa exoneração correspondente da garantia, compreendendo esta um ou mais bens.



Finanças Públicas e Orçamento Público

Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 32 e 33.

As seguintes informações sobre as despesas de um Poder Executivo estadual, referentes ao exercício financeiro de 2017, foram extraídas do seu sistema de contabilidade, sendo que os valores estão em reais:

Classificação da Despesa Orçamentária quanto à Natureza	Descrição	Despesa Empenhada	Despesa conforme o Regime de Competência	Despesa Paga
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.500.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.90.14.00	Diárias – Civil	500.000,00	480.000,00	480.000,00
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	950.000,00	900.000,00	900.000,00
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	1.000.000,00	980.000,00	900.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	300.000,00	250.000,00	200.000,00

A Receita Corrente Líquida do estado referente ao exercício financeiro de 2017 foi R\$ 20.000.000,00.

32. Com base nessas informações, em decorrência das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à despesa total com pessoal, o Poder Executivo estadual, ao final do exercício financeiro de 2017,
- não estava sujeito a ser alertado pelo Tribunal de Contas do respectivo estado.
 - estava vedado a contratar horas extras e a conceder vantagens, aumentos, reajustes ou adequar a remuneração a qualquer título.
 - estava vedado a contratar operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária.
 - estava impedido de receber transferências voluntárias.
 - não estava vedado a alterar estrutura de carreira que implicasse em aumento de despesa.
33. Com base nessas informações e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foram realizadas despesas orçamentárias
- do desdobramento facultativo do elemento de despesa denominado Aplicações Diretas pelo Poder Executivo estadual e do elemento de despesa denominado Pessoal e Encargos Sociais.
 - do desdobramento facultativo do elemento de despesa denominado Encargos Diversos e da categoria econômica denominada Despesas de Custeio.
 - do grupo de natureza da despesa denominado Despesas Correntes e da modalidade de aplicação denominada Aplicações Diretas.
 - da modalidade de aplicação denominada Aplicações Diretas e da categoria econômica denominada Despesas Correntes.
 - da modalidade de aplicação denominada Transferências a Municípios e do grupo de natureza da despesa denominado Pessoal e Encargos Sociais.
34. Em 10/11/2017, o chefe do Poder Executivo de um estado decidiu pela contratação de serviços de consultoria técnica no valor total de R\$ 1.200.000,00. No entanto, nessa mesma data, o mesmo verificou que não havia dotação orçamentária específica para a realização de tal despesa. Assim, com a finalidade de atender às determinações da Lei nº 4.320/1964, o setor responsável verificou que até o dia 10/11/2017 não houve abertura ou reabertura de créditos adicionais e levantou as seguintes informações, sendo que os valores estão em reais:
- | | |
|--|---------------|
| Ativo Financeiro em 31/12/2016 | 10.000.000,00 |
| Ativo Financeiro em 31/10/2017 | 6.000.000,00 |
| Passivo Financeiro em 31/12/2016 | 9.000.000,00 |
| Passivo Financeiro em 31/10/2017 | 5.500.000,00 |
- Com base nessas informações e de acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, o valor do superávit financeiro que poderia ter sido utilizado como recurso de cobertura para a abertura do crédito adicional referente à contratação de serviços de consultoria técnica foi, em reais,
- 500.000,00, sendo que o crédito adicional aberto por decreto do Poder Executivo, que dele deu, em seguida, imediato conhecimento ao Poder Legislativo, poderia ser reaberto no exercício financeiro de 2018.
 - 1.000.000,00, sendo que o crédito adicional autorizado por lei e aberto por decreto executivo não poderia ser reaberto no exercício financeiro de 2018.
 - 1.000.000,00, sendo que o crédito adicional aberto por decreto do Poder Executivo, que dele deu, em seguida, imediato conhecimento ao Poder Legislativo, não poderia ser reaberto no limite de seu saldo no exercício financeiro de 2018.
 - 1.000.000,00, sendo que o crédito adicional autorizado por lei e aberto por decreto executivo poderia ser reaberto no limite de seu saldo no exercício financeiro de 2018.
 - 500.000,00, sendo que o crédito adicional autorizado por lei e aberto por decreto executivo poderia ser reaberto no limite de seu saldo no exercício financeiro de 2018.



Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 35 e 36.

O quadro a seguir apresenta parte da classificação institucional de um determinado estado:

Órgão Orçamentário	Unidade Orçamentária
08.000 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento	08.001 – Coordenadoria da Agricultura
	08.002 – Coordenadoria do Abastecimento
09.000 – Secretaria do Meio Ambiente	09.002 – Fundação de Conservação de Parques
	09.003 – Fundação de Conservação Hidrográfica

Considere ainda que as unidades orçamentárias são também unidades gestoras.

35. De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na descentralização de créditos orçamentários da unidade orçamentária 08.001 para a 08.002 a classificação institucional da unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário deve ser
- (A) mantida, bem como as classificações funcional, programática e econômica da despesa orçamentária.
 - (B) mantida, bem como a classificação econômica da despesa orçamentária, sendo alteradas apenas as classificações funcional e programática da despesa orçamentária.
 - (C) alterada para a classificação institucional da unidade orçamentária receptora do crédito orçamentário, sendo mantida a classificação econômica da despesa orçamentária.
 - (D) alterada para a classificação institucional da unidade orçamentária receptora do crédito orçamentário, sendo mantida a classificação programática da despesa orçamentária.
 - (E) mantida, bem como as classificações quanto à origem e à modalidade de aplicação da despesa orçamentária.
36. A descentralização de créditos orçamentários da unidade orçamentária 08.001 para a 09.003 e a liberação de recursos financeiros da unidade gestora 09.002 para a 09.003 correspondem, respectivamente, a
- (A) um repasse e uma provisão.
 - (B) uma provisão e um sub-repasse.
 - (C) um destaque e um sub-repasse.
 - (D) uma provisão e um repasse.
 - (E) um destaque e um repasse.
37. Em julho de 2018, um determinado ente estadual efetuou a publicação de aviso em seu diário oficial para a convocação dos interessados para participar do processo licitatório referente à contratação de mão de obra para a troca dos azulejos do edifício-sede do ente, sendo o padrão de desempenho e a qualidade do serviço objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. De acordo com as determinações da Lei nº 10.520/2002, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não deveria ter sido inferior a
- (A) 8 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, o valor mínimo da garantia de proposta, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada tomada de preços.
 - (B) 7 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada tomada de preços.
 - (C) 5 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser lida ou obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada pregão.
 - (D) 7 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, o valor mínimo da garantia de proposta, a indicação do local e dias em que poderia ser obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada pregão.
 - (E) 8 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser lida ou obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada pregão.
38. Em julho de 2018, uma determinada entidade pública arrecadou receitas no valor de R\$ 500.000,00 com “Aluguéis e Arrendamentos – Dívida Ativa – Multas e Juros” e R\$ 1.900.000,00 com a “Alienação de Títulos Mobiliários – Principal”. De acordo com o Ementário da Receita, as receitas arrecadadas em julho de 2018 devem ser classificadas, respectivamente, como
- (A) Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, quanto à espécie; Alienação de Bens Móveis, quanto à espécie.
 - (B) Receita de Capital, quanto à categoria econômica; Receita Patrimonial, quanto à origem.
 - (C) Receita de Capital, quanto à categoria econômica; Receita de Capital, quanto à categoria econômica.
 - (D) Receita de Capital, quanto à categoria econômica; Alienação de Bens, quanto à espécie.
 - (E) Outras Receitas, quanto à origem; Receita Patrimonial, quanto à origem.



39. Em 01/05/2018, o ordenador de despesas de um ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 80.000,00 referente à aquisição de um veículo, cuja pagamento seria realizado em parcelas fixas mensais de R\$ 20.000,00. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, em 01/05/2018, foi emitido um empenho
- (A) por estimativa e extraído um documento denominado ordem de pagamento que é base para a liquidação da despesa.
 - (B) ordinário e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.
 - (C) global e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.
 - (D) por estimativa e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.
 - (E) global e extraído um documento denominado ordem de pagamento que é base para a liquidação da despesa.
-
40. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso
- (A) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes do produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
 - (B) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas, entre outras, as que incidam sobre as dotações para pessoal e seus encargos e serviço da dívida.
 - (C) sejam compatíveis com o Plano de Governo e sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões e com os dispositivos do texto do projeto de lei.
 - (D) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes, desde que não comprometidos, do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
 - (E) sejam apresentadas em comissão mista permanente que emitirá parecer quanto à compatibilidade com o Plano Diretor Estratégico.
-
41. De acordo com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, o comparativo entre os limites de que trata esta lei e os montantes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de um determinado Poder Executivo estadual emitido ao final do terceiro quadrimestre de 2017 compõe o Relatório
- (A) Resumido da Execução Orçamentária que deve ter sido publicado até 30/01/2018, sendo que o descumprimento do prazo sujeita o ente estadual a impedimento, até que a situação seja regularizada, de recebimento de transferências voluntárias.
 - (B) de Gestão Fiscal que deve ter sido publicado até 30/01/2018, sendo que o descumprimento do prazo sujeita o ente estadual a impedimento, até que a situação seja regularizada, de contratação de operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida fundada.
 - (C) Resumido da Execução Orçamentária que deve ter sido publicado até 28/02/2018, sendo que o descumprimento do prazo sujeita o ente estadual a impedimento, até que a situação seja regularizada, de contratação de operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
 - (D) de Gestão Fiscal que deve ter sido publicado até 30/01/2018, sendo que o descumprimento do prazo sujeita o ente estadual a impedimento, até que a situação seja regularizada, de recebimento de transferências voluntárias.
 - (E) de Gestão Fiscal que deve ter sido publicado até 28/02/2018, sendo que o descumprimento do prazo sujeita o ente estadual a impedimento, até que a situação seja regularizada, de contratação de operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida fundada.

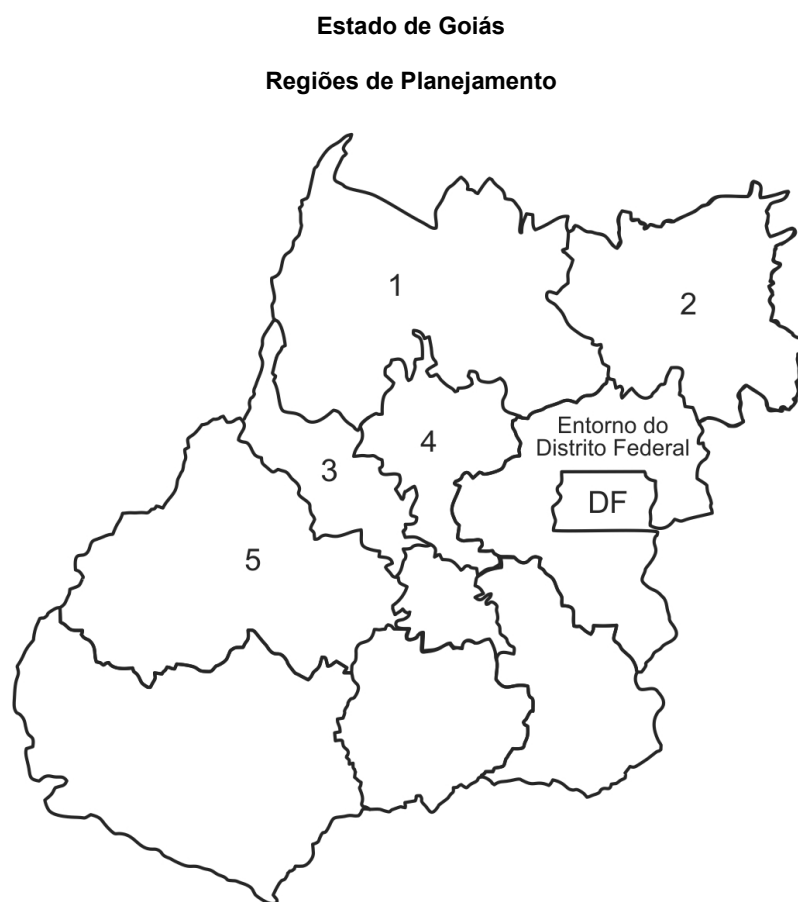
Estado de Goiás

42. Entre os aspectos naturais do território goiano destaca-se
- (A) uma área de planaltos e serras cristalinas do Proterozoico no sul do estado que, após longos processos intempéricos, resultaram formas residuais de baixa altitude que se expressam em extensos topos levemente aplainados, circundados de vales fluviais.
 - (B) a presença de climas quentes e úmidos com dois a três meses secos na maior parte do estado; apenas no norte o clima apresenta características monçônicas marcantes com 80% das chuvas concentradas de dezembro a março, quando a umidade relativa do ar permanece acima de 80%.
 - (C) a relativa homogeneidade de paisagens que, basicamente, se compõem de planaltos e chapadas de média altitude, esculpidos em terrenos sedimentares recentes; a disposição do relevo dificulta o percurso das águas fluviais no sentido leste-oeste; o cerrado é predominante.
 - (D) na porção leste-sudeste do estado uma extensa depressão gerada por intensa atuação de processos erosivos ao longo do Terciário; em vários trechos da depressão são encontrados *inselbergs* associados às rochas cristalinas de maior resistência.
 - (E) o fato de o estado se apresentar como um divisor de águas, por corresponder a uma área de dispersão dos cursos d'água que vão compor grandes bacias hidrográficas brasileiras, sendo que a drenagem do norte vincula-se à Bacia do Tocantins e a do sul à Bacia do Paraná.



43. As ações da Companhia Estrada de Ferro de Goiás estabeleceram, no início do século XX, uma ferrovia que
- (A) adequou-se ao modelo de substituição de importações instaurado no Brasil nas primeiras décadas do século XX, tornando-se a via de integração entre os novos polos de modernização do Sudeste e do Nordeste.
 - (B) contribuiu para acentuar o caráter arquipélago da economia brasileira uma vez que, ao priorizar o escoamento da produção econômica regional para o Sul e Sudeste, intensificou o isolamento da Amazônia e a região Nordeste.
 - (C) permaneceu, até meados da segunda metade do século XX, como principal modal de escoamento dos sistemas produtivos regionais, sendo responsável por 50% da carga transportada.
 - (D) surgiu pela demanda de vias flexíveis para a circulação de mercadorias com vistas ao mercado interno e de políticas governamentais orientadas por interesses de grandes grupos internacionais em importar produtos agrícolas.
 - (E) foi instalada seguindo uma lógica externa – interesse do capital em se expandir e ocupar o território brasileiro, mas também por articulações políticas de grupos locais interessados na efetivação desse projeto.

44. Considere o mapa e as informações a seguir:



(Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>)

A região apresenta uma baixa representatividade na produção agrícola e nos efetivos de rebanhos – em parte justificada pelas restrições impostas pelo meio físico. No conjunto das regiões goianas, esta tem a menor participação no PIB (Produto Interno Bruto) do estado em 2015.

Trata-se da região indicada no mapa com o número

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 2.
- (D) 1.
- (E) 3.



45. Considere as afirmações abaixo sobre aspectos da urbanização e da agricultura no estado de Goiás:

- I. Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis são os municípios mais populosos, enquanto que a cana-de-açúcar, a soja e o milho foram os produtos agrícolas mais produzidos no estado em 2017.
- II. Em 2015, a agropecuária representou cerca de 10% do PIB do estado, enquanto que a indústria representou cerca de 25%, ficando para o setor de serviços a participação de 65%.
- III. Criada no ano de 1941, a Colônia Nacional Agrícola de Goiás (CANG) fez parte da política expansionista de Getúlio Vargas e resultou no importante crescimento da produção de soja no estado a partir de 1955.
- IV. Em 2017, os animais mais abatidos no estado foram aves e bovinos e representaram cerca de 35% da produção brasileira, consolidando o estado como o mais importante polo agropecuário da região Centro-Oeste.
- V. Em 2010 foram contabilizados 246 municípios no estado, sendo que entre 1950 e 1960 houve a maior taxa de crescimento de municípios e entre 1970 e 1980 a menor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I, III e IV.

46. Considere os aspectos da história social do estado de Goiás:

- I. Foi a partir do denominado Ciclo do Ouro, fruto da expansão do movimento das Bandeiras, que Goiás começou efetivamente a ser povoado, sendo a região do rio Paranaíba, no leste do estado, a primeira a ser ocupada nesse contexto.
- II. A região pertenceu à capitania de São Paulo até meados do século XVIII e a designação Goiás teve origem nos povos indígenas que habitavam a região antes da colonização.
- III. No sudoeste do estado há áreas demarcadas e delimitadas para comunidades quilombolas ou comunidades afrodescendentes, como o Kalunga, por exemplo, que vivem sobretudo da agricultura familiar e do artesanato.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

Tecnologia da Informação

47. A planilha abaixo foi criada no *Microsoft Excel* 2013, em português, para mostrar a simulação de um empréstimo contraído por uma pessoa.

	A	B
1	Empréstimo	
2	Anos do empréstimo	6
3	Pagamento mensal	-300
4	Quantia do empréstimo	9000
5	Taxa mensal de juros	3%

Na célula B5 foi digitada uma fórmula financeira para calcular a taxa mensal de juros, que resultou no valor de 3%. A fórmula correta inserida foi

- (A) =JUROS (B2*12;B4;B3)
- (B) =TAXA (B2*12;B3;B4)
- (C) =TAXA (B2;B4;B3)
- (D) =JUROS (B3;B4;B2*12)
- (E) =TAXA (B4;B3;B2*12)



48. O modelo de Melhoria Contínua de Serviço do ITIL v3, edição 2011, para gerenciamento de serviços de TI, se orienta nas metas de eficiência operacional e na continuidade do serviço, entre outras, por meio de princípios, práticas e métodos de gerenciamento da qualidade e de como fazer sistematicamente melhorias incrementais e de larga escala na qualidade do serviço, com base principalmente
- (A) no modelo Canvas.
 - (B) no modelo PDCA.
 - (C) no modelo BPM CBOK.
 - (D) na Norma ISO/IEC 20000.
 - (E) na matriz RACI.
-
49. Um Auditor está responsável pela avaliação do gerenciamento de contratos e controle de mudanças que são necessários para desenvolver e administrar pedidos de compra emitidos por membros autorizados da equipe de um projeto, que segue as recomendações do PMBOK, 5ª edição. Sob essa responsabilidade do Auditor serão examinados processos da área de conhecimento denominada Gerenciamento
- (A) da qualidade do projeto.
 - (B) dos custos do projeto.
 - (C) das aquisições do projeto.
 - (D) das partes interessadas no projeto.
 - (E) dos riscos do projeto.
-
50. Um usuário do *Google Chrome* sabe que, por padrão, os arquivos baixados da internet são gravados na pasta *Downloads* de computadores que utilizam o sistema operacional *Windows*. Porém, esse usuário deseja que, toda vez que um arquivo for baixado, seja questionado em qual local ele deseja salvá-lo. Para isso, ele deverá clicar no botão "Personalizar e controlar o *Google Chrome*", depois selecionar
- (A) *Downloads* > Avançado e, no grupo Definir Local, ativar "Perguntar onde salvar cada arquivo antes de fazer download".
 - (B) Configurações > *Downloads* e ativar "Permitir a escolha do local".
 - (C) *Downloads* > Definir local e ativar "Definido pelo usuário".
 - (D) Configurações > Avançado e, no grupo *Downloads*, ativar "Perguntar onde salvar cada arquivo antes de fazer download".
 - (E) Preferências > Avançado > *Downloads* e ativar "Perguntar antes de salvar".
-
51. Registradores são pequenas porções de memória dentro do processador usados para armazenamento temporário de dados. Dentre os tipos de registradores há o contador de programa que
- (A) também é conhecido como *cache* de memória por fazer a intermediação entre a unidade de busca do processador e a memória RAM.
 - (B) envia pedidos ao processador para que pare a execução de um programa e atenda outro processo incondicionalmente.
 - (C) armazena o endereço da próxima instrução que será carregada na memória.
 - (D) possui apenas um *bit* para indicar que uma situação particular ocorreu, como por exemplo, *overflow*.
 - (E) funciona como uma pilha de instruções temporárias do tipo LIFO (*Last In, First Out*) para uso interno do processador.
-
52. Uma organização deve estar em consonância com a Lei Sarbanes-Oxley que determina que os relatórios financeiros e controles associados tenham fidedignidade e que responsabiliza conjuntamente diretores e o responsável pela área de finanças por atos lesivos aos acionistas e ao mercado. Para atender a essa Lei, os aplicativos transacionais desenvolvidos pela área de Tecnologia da Informação, geradores de fatos contábeis e financeiros, NÃO precisarão
- (A) ter seus riscos conhecidos e gerenciados.
 - (B) focar nos aspectos de ergonomia e usabilidade.
 - (C) permitir acesso e emissão de relatórios de resultados financeiros e contábeis.
 - (D) armazenar as informações de forma adequada e com segurança.
 - (E) implementar trilhas de auditoria e verificação de processos.
-
53. O *Balanced Scorecard* propicia o alinhamento das iniciativas (projetos, ações ou serviços) de TI aos objetivos estratégicos do negócio, considerando quatro perspectivas principais: Financeira, Clientes,
- (A) Processos internos e Aprendizado e crescimento.
 - (B) Processos externos e Auditoria externa.
 - (C) Governança e Segurança da informação.
 - (D) Ambiente externo e Gestão de pessoas.
 - (E) Mercado de serviços e Gestão da qualidade.



54. Se um dos principais objetivos de uma corporação, onde há um forte comprometimento organizacional, é implementar processos robustos de desenvolvimento de sistemas que envolvam lidar com requisitos, adotar o CMMI-DEV, versão 1.3, é uma boa opção. Nesse modelo, na abordagem por estágios, as atividades de elicitar, analisar e estabelecer os requisitos do cliente e dos componentes do *software* caracterizam o processo de
- (A) Desenvolvimento de requisitos.
 - (B) Validação de requisitos.
 - (C) Gerenciamento de requisitos.
 - (D) Análise de requisitos.
 - (E) Levantamento de requisitos.
-
55. A contagem de pontos de função segue um método composto por seis passos:
- I. Determinar o tipo da contagem (desenvolvimento, melhoria ou aplicação existente);
 - II. Determinar os limites da aplicação (escopo);
 - III. _____;
 - IV. _____;
 - V. Determinar o fator de ajuste técnico (VAF);
 - VI. Calcular o número de pontos de função ajustados (AFP).
- É correto afirmar que o passo
- (A) III é identificar e atribuir valor em pontos de função não ajustados para os dados estáticos (entradas, consultas e saídas externas).
 - (B) IV é identificar e atribuir valor em pontos de função ajustados para as transações sobre dados (entradas, arquivos internos e saídas externas).
 - (C) IV é representar as transações sobre os dados dinâmicos na forma de arquivos externos e internos.
 - (D) III é identificar e atribuir valor em pontos de função não ajustados para as transações sobre dados (entradas, consultas e saídas externas).
 - (E) IV é identificar e atribuir valor em pontos de função ajustados para os dados estáticos (entradas, consultas, saídas e arquivos externos).
-
56. O *Control Objectives for Information and related Technology* (COBIT) foi criado em 1994 a partir do seu conjunto inicial de objetivos de controle e vem evoluindo através da incorporação de padrões internacionais técnicos, profissionais, regulatórios e específicos para processos de TI. Na versão 5 do COBIT,
- (A) há diferenciação clara entre os conceitos de governança e gerenciamento, como disciplinas que envolvem diferentes tipos de atividades e de estruturas organizacionais, que servem a propósitos distintos.
 - (B) descreve-se um total de duas categorias de habilitadores de TI: Processos e Estruturas organizacionais, que são consideradas as essenciais para o sucesso da governança e do gerenciamento da TI.
 - (C) considera-se que a empresa deve gerar valor para as partes interessadas como um objetivo acessório de governança e deve buscá-lo por meio de eliminação total dos riscos e corte de custos.
 - (D) o foco principal é dado exclusivamente à área de TI, pois ela é responsável por prover meios para o gerenciamento da informação e da tecnologia que agregará valor ao negócio.
 - (E) o alinhamento com os frameworks ITIL, TOGAF e normas ISO é evitado, pois essa versão já engloba todo o conhecimento difundido, inclusive, por outros modelos da própria ISACA.
-
57. Um Auditor está trabalhando como *Product Owner* em um projeto de *software* de auditoria, elaborando um artefato que contém uma lista dos requisitos funcionais, que serão priorizados e divididos em *releases* conhecidas como *sprints*. A metodologia de desenvolvimento utilizada no projeto desse *software* e o artefato que está sendo elaborado são, respectivamente,
- (A) Scrum e User Story.
 - (B) Scrum e Backlog do Produto.
 - (C) XP e User Story.
 - (D) FDD e User Requirements.
 - (E) XP e Backlog da Sprint.



58. O *Openswan* é uma implementação de código aberto, no nível de *kernel IPsec*, disponível no *Red Hat Enterprise Linux 6*, que é usado para iniciar ou parar um serviço *ipsec*. Para iniciar esse serviço utiliza-se o comando
- (A) `service ipsec --up`
 - (B) `ipsec auto --up`
 - (C) `ipsec service --up`
 - (D) `service ipsec connection`
 - (E) `ipsec setup start`
-
59. O método de autenticação dos algoritmos de criptografia de chave pública operando em conjunto com uma função resumo, também conhecida como função de *hash*, é chamado de assinatura digital. Um algoritmo usado para gerar o resumo (*hash*) de uma mensagem é o
- (A) 3DES.
 - (B) *Blowfish*.
 - (C) RC4.
 - (D) MD5.
 - (E) AES.
-
60. Para um projeto de rede de computadores, a partir do endereço de rede classe C 205.15.6.0/24, um Auditor verificou a necessidade de se criar 5 sub-redes, sendo a maior delas com no máximo 29 *hosts*. Para isso ele recomendou utilizar corretamente, dos 8 *bits* de *host* da classe C,
- (A) 1 *bit*.
 - (B) 4 *bits*.
 - (C) 2 *bits*.
 - (D) 5 *bits*.
 - (E) 3 *bits*.
-

Grupo 2

Contabilidade Geral, Avançada e Auditoria

61. Em 31/12/2016, a Cia. das Traças apresentava as seguintes contas do Patrimônio Líquido, com os respectivos saldos:

- Ágio na emissão de ações no valor de R\$ 20.000,00
- Capital subscrito no valor de R\$ 200.000,00
- Ações em tesouraria no valor de R\$ 15.000,00
- Reserva legal no valor de R\$ 24.000,00
- Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 25.000,00
- Capital a integralizar no valor de R\$ 80.000,00

O lucro líquido apurado pela Cia. das Traças, no ano de 2017, foi R\$ 100.000,00 e o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

- Dividendos mínimos obrigatórios: 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.
- Retenção de Lucros: saldo remanescente.

Do lucro líquido apurado, o valor de R\$ 40.000,00 foi decorrente de incentivos fiscais recebidos pela Cia. que foram retidos na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei nº 6.404/76 em relação aos dividendos. A Reserva Legal é constituída nos termos da Lei nº 6.404/76.

Com base nestas informações, o valor do patrimônio líquido da Cia. das Traças, em 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 256.000,00.
- (B) 257.500,00.
- (C) 244.000,00.
- (D) 287.500,00.
- (E) 286.000,00.



62. A Cia. Recursos Disponíveis realizou três aplicações financeiras em 01/12/2017, cujas características são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2017 (R\$)
500.000,00	01/12/2019	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	507.000,00
300.000,00	01/04/2018	Mensuração ao custo amortizado	1% a.m.	305.000,00
400.000,00	01/08/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	2% a.m.	409.000,00

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de dezembro de 2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 21.000,00 positivo.
- (B) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.221.000,00.
- (C) o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de dezembro de 2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 19.000,00 positivo.
- (D) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.219.000,00.
- (E) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.222.000,00.

Atenção: Com base nas informações a seguir responda as questões 63 e 64.

Em 31/12/2016, a Cia. Brasileira adquiriu, à vista, 40% das ações da Cia. Francesa. O valor pago pela aquisição foi R\$ 7.000.000,00 e a Cia. Brasileira passou a ter influência significativa na administração. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Francesa era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era R\$ 15.000.000,00, sendo esta diferença decorrente da avaliação a valor justo de um ativo intangível com vida útil indefinida que a Cia. Francesa detinha.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, a Cia. Francesa apurou lucro líquido de R\$ 500.000,00. Sabe-se que, em 2017, a Cia. Francesa realizou uma venda no valor de R\$ 100.000,00 para a Cia. Brasileira com margem de lucro de 50% sobre as vendas, e estas mercadorias adquiridas da Cia. Francesa ainda estão no estoque da Cia. Brasileira. A alíquota de imposto de renda para a Cia. Francesa é 34% e esta distribuiu dividendos totais no valor de R\$ 150.000,00.

63. Com base nestas informações, o valor que a Cia. Brasileira reconheceu na conta Investimentos em Coligadas, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2016, e o valor do ágio que foi pago na aquisição foram, respectivamente, em reais,
- (A) 7.000.000,00 e 3.000.000,00.
- (B) 4.000.000,00 e 1.000.000,00.
- (C) 7.000.000,00 e 1.000.000,00.
- (D) 4.000.000,00 e 3.000.000,00.
- (E) 6.000.000,00 e 1.000.000,00.
64. O impacto reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2017 da Cia. Brasileira, referente ao investimento na Cia. Francesa, foi, em reais,
- (A) 167.000,00.
- (B) 126.800,00.
- (C) 120.000,00.
- (D) 180.000,00.
- (E) 186.800,00.



65. A Cia. **A** apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.500.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 1.900.000,00.
- Perda por desvalorização (“*impairment*”): R\$ 400.000,00.

Em 31/12/2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade (“*impairment*”) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017, a Cia. **A** deveria ter

- (A) reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- (B) reconhecido um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) mantido o valor contábil de R\$ 1.500.000,00.
- (D) reconhecido um ganho no valor de R\$ 500.000,00.
- (E) reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.

66. Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da Cia. **A** e da Cia. **B**:

Informação	Cia. A	Cia. B
Ativo circulante	30.000	21.000
Liquidez corrente	1,5	1,5
Composição do endividamento	40%	70%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	80%
Retorno sobre o PL	20%	40%

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o patrimônio líquido da Cia. **B** é igual a R\$ 25.000,00.
- (B) o total de recursos de terceiros da Cia. **A** é igual a R\$ 62.500,00.
- (C) o passivo não circulante da Cia. **B** é igual a R\$ 20.000,00.
- (D) o lucro líquido da Cia. **A** é igual a R\$ 2.500,00.
- (E) o passivo não circulante da Cia. **A** é igual a R\$ 50.000,00.

67. A Cia. Renovável adquiriu um equipamento, em 01/01/2016, por R\$ 5.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 8 anos e valor residual, no final do prazo de utilização, de R\$ 800.000,00. O equipamento é utilizado de forma contínua e a Cia. utiliza o método das cotas constantes para o cálculo da depreciação. Em 01/01/2017, a Cia. Renovável reavaliou a vida útil remanescente do equipamento para 5 anos e o valor residual para R\$ 500.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. Renovável vendeu este equipamento por R\$ 3.100.000,00 à vista. O resultado apurado em 2017 com a venda do equipamento foi, em reais,

- (A) 580.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 100.000,00, positivo.
- (D) 560.000,00, negativo.
- (E) 400.000,00, negativo.



68. No dia 31/12/2015 uma empresa realizou uma emissão de debêntures para captação de recursos no valor de R\$ 50.000.000,00. As debêntures apresentavam as seguintes características:

- Prazo total: 15 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais no valor de R\$ 6.573.688,84

Para a emissão e colocação das debêntures no mercado a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 520.000,00.

Tendo em vista que a expectativa do mercado futuro de juros é que ocorrerá uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu obter um valor superior ao desejado, vendendo os títulos por R\$ 53.500.000,00.

Sabendo-se que a taxa de custo efetivo da operação foi 9% ao ano, o saldo contábil líquido evidenciado no passivo, no balanço patrimonial de 31/12/2016 da empresa, e o impacto no resultado de 2016 decorrente das debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- (A) 47.926.311,16 e 5.020.000,00.
- (B) 51.741.311,16 e 5.335.000,00.
- (C) 48.426.311,16 e 5.520.000,00.
- (D) 51.174.511,16 e 4.768.200,00.
- (E) 51.704.311,16 e 5.818.000,00.

69. Uma máquina foi adquirida à vista por R\$ 12.500.000,00 e a empresa gastou, adicionalmente, R\$ 1.000.000,00 na alteração da estrutura do imóvel para fazer a instalação da máquina. O imóvel utilizado pela empresa é alugado e uma cláusula contratual estabelece que, no final do prazo contratado, esta deverá fazer a reestruturação necessária para devolver o imóvel nas mesmas condições do início do contrato. A aquisição ocorreu em 30/06/2015 e a empresa definiu que utilizará a máquina durante 10 anos, mesmo prazo de vigência do contrato de aluguel do imóvel. A empresa estima que os gastos para a reestruturação do imóvel, no final do 10º ano, totalizarão R\$ 1.650.000,00 e a taxa de juros vigente era de 10% para o prazo de 10 anos. A empresa calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido, tendo em vista que a máquina funciona sem qualquer interrupção. No início do prazo de utilização da máquina, o valor residual estimado para sua venda no final da vida útil era R\$ 3.750.000,00. Se a vida útil do equipamento para fins fiscais é definida em 8 anos, a despesa de depreciação evidenciada na demonstração do resultado de 2015 para esta máquina foi, em reais,

- (A) 562.500,00.
- (B) 625.000,00.
- (C) 437.500,00.
- (D) 487.500,00.
- (E) 675.000,00.

70. Em 01/12/2016 a empresa Rapidinha S.A. adquiriu a prazo, por R\$ 2.070.000,00, um lote de mercadorias para revenda. O prazo de pagamento era superior a 12 meses da data da compra e a taxa de juros praticada pelo fornecedor, para suas vendas a prazo, era 0,8% ao mês que equivale a 15% no prazo concedido à empresa compradora. A empresa Rapidinha S.A. pagou, adicionalmente, os seguintes encargos para dispor das mercadorias em condições de venda:

- R\$ 80.000,00 de transporte para trazer a mercadoria da fábrica do fornecedor até seu depósito.
- R\$ 10.000,00 de seguro para o transporte das mercadorias até seu depósito.

Sabe-se que nos diversos gastos efetuados pela empresa para dispor das mercadorias estavam incluídos os seguintes impostos:

- R\$ 10.000,00 de impostos não recuperáveis
- R\$ 290.000,00 de impostos recuperáveis

A empresa Rapidinha S.A. não tinha estoque de mercadorias antes desta compra e, em dezembro de 2016, vendeu 80% destas mercadorias pelo valor bruto de R\$ 3.000.000,00. Sabendo-se que os impostos incidentes sobre estas vendas totalizaram R\$ 450.000,00, o impacto total no resultado de 2016 decorrente da compra das mercadorias e da venda de parte do lote comprado foi, em reais,

- (A) 1.270.000,00.
- (B) 1.327.600,00.
- (C) 894.000,00.
- (D) 1.054.000,00.
- (E) 1.255.600,00.



Atenção: Com base nas informações a seguir responda as questões 71 e 72.

São apresentados a seguir os Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016, e a Demonstração do Resultado do ano de 2016 da empresa **Comércio de Produtos Populares S.A.** (valores expressos em reais):

Comércio de Produtos Populares S.A. Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016					
ATIVO	31/12/2015	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2016
Ativo circulante	822.000	1.544.400	Passivo circulante	966.000	1.757.520
Caixa e Equivalentes de Caixa	90.000	380.400	Fornecedores	396.000	512.400
Contas a Receber de Clientes	336.000	576.000	Empréstimos obtidos	540.000	1.164.000
Estoques para venda	396.000	508.000	Dividendos a pagar	30.000	49.920
Adiantamento a fornecedores	–	80.000	Imposto de Renda a pagar	–	31.200
Ativo não circulante	864.000	1.308.000	Patrimônio Líquido	720.000	1.094.880
Investimentos	84.000	216.000	Capital Social	600.000	900.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	120.000	194.880
Veículos	504.000	1.092.000			
Imóveis	276.000	–			
TOTAL DO ATIVO	1.686.000	2.852.400	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.686.000	2.852.400

Comércio de Produtos Populares S.A. Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Receitas de Vendas	2.250.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.572.000)
(=) Resultado com Mercadorias	678.000
(–) Despesas Operacionais	
Depreciação	(72.000)
Despesas com vendas	(210.000)
Despesas administrativas	(300.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	36.000
(=) Resultado antes dos efeitos financeiros	132.000
(–) Despesas Financeiras	(60.000)
(=) Resultado após os efeitos financeiros	72.000
(=) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na Venda de Imóveis	84.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	156.000
(–) Despesa com Imposto de Renda	(31.200)
(=) Resultado Líquido	124.800

71. Considerando que as despesas financeiras não foram pagas em 2016, o fluxo de Caixa das Atividades Operacionais de 2016 foi, em reais,

- (A) 111.600,00 (negativo).
- (B) 123.600,00 (negativo).
- (C) 147.600,00 (negativo).
- (D) 207.600,00 (negativo).
- (E) 63.600,00 (negativo).

72. Considere que os imóveis foram vendidos em 02/01/2016 e que durante o ano de 2016 a empresa não vendeu investimentos nem veículos, não liquidou qualquer empréstimo, não pagou as despesas financeiras e pagou os dividendos constantes do balanço de 31/12/2015.

Com base nestas informações, é correto afirmar que o fluxo de caixa das atividades de

- (A) investimento foi R\$ 324.000,00, negativo.
- (B) financiamento foi R\$ 864.000,00, positivo.
- (C) investimento foi R\$ 396.000,00, negativo.
- (D) financiamento foi R\$ 894.000,00, positivo.
- (E) investimento foi R\$ 480.000,00, negativo.



73. Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado Estado da Federação mantém programa de Cidadania Fiscal por meio do qual a emissão de notas e cupons fiscais pode ser feita com a inclusão do número de CPF do consumidor final. Após cadastro no programa, é possível que esses contribuintes diretos obtenham descontos no imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA devido.

Em auditoria interna da base de dados de resgates de pontos na forma de descontos no IPVA, realizou-se um teste para apurar a distância geográfica entre os estabelecimentos em que foram realizadas as compras dos bens e serviços de onde se originou a pontuação resgatada, o endereço registrado no cadastro do programa e o domicílio do proprietário constante da anotação no Departamento Estadual de Trânsito. O objetivo pretendido era indicar possíveis erros, fraudes ou simulações.

Após inspeção gráfica dos dados, o auditor promoveu a exclusão de uma série de observações que, a seu juízo, não poderiam estar corretas. Ao fim, chegou-se a uma relação de pessoas jurídicas como emissoras de documentação fiscal com afastamento geográfico suspeito entre sede e local de utilização dos pontos derivados.

Sobre o caso e considerando a amostragem em auditoria, é correto afirmar.

- (A) Pode-se dizer que se trata de uma aplicação do método aleatório de seleção de amostra.
- (B) Se o auditor desejar aumentar o risco amostragem, deve diminuir o tamanho da amostra.
- (C) Não é objetivo da auditoria interna assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros.
- (D) As normas não permitem a exclusão dos chamados valores aberrantes (*outliers*), pois, sem a integralidade do espaço amostral, as conclusões são tendenciosas.
- (E) Embora tecnicamente correto, tal trabalho nunca poderia subsidiar uma campanha de auditoria dirigida.

74. As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo “NBC”, dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo “T”, e profissionais, que recebem o primeiro sufixo “P”.

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

- (A) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).
- (B) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.
- (C) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.
- (D) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.
- (E) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.

75. Uma empresa realizou, em 31/12/2016, um contrato de arrendamento mercantil de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 8 anos, a empresa pagará 8 parcelas anuais de R\$ 837.338,81, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2017, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 5.000.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 800.000,00. Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2017, decorrente da operação de arrendamento mercantil realizada foi, em reais,

- (A) 350.000,00.
- (B) 750.000,00.
- (C) 837.338,81.
- (D) 420.000,00.
- (E) 770.000,00.

76. Uma empresa adquiriu um imóvel de 20 andares e está utilizando apenas 3 andares para suas atividades administrativas. Por decisão da diretoria, os demais andares foram alugados para terceiros, por prazo determinado e sem possibilidade de venda, com o objetivo de gerar receita de aluguel, sendo que a empresa presta os serviços de manutenção, acesso e segurança para o edifício. Caso a empresa deseje, os andares podem ser comercializados separadamente e é possível identificar valor de mercado para cada andar. Com relação à contabilização do imóvel, é correto afirmar que:

- (A) O valor correspondente a três andares deve ser registrado como Ativo Imobilizado e os demais andares como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- (B) Os andares alugados devem ser tratados como arrendamento mercantil financeiro pela empresa.
- (C) Deve ser registrado inteiramente como Ativo Imobilizado.
- (D) Deve ser registrado inteiramente como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- (E) Todos os andares devem ser mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial.



77. São motivos que podem ensejar a suspeição do perito do juízo:

- I. ser devedor, mesmo que ainda não esteja em mora, a uma das partes.
- II. motivo íntimo.
- III. ter aconselhado parte envolvida, ainda que acerca de objeto diverso do posto em discussão no litígio.
- IV. ser herdeiro presuntivo do cônjuge de uma das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

78. A estratégia global de auditoria

- (A) orienta os esforços da equipe do trabalho, considerando fatores não significativos.
- (B) não deve levar em conta resultados de atividades preliminares nem o conhecimento obtido em outros trabalhos realizados pelo sócio do trabalho.
- (C) deve identificar características do trabalho, desde que não defina o seu alcance.
- (D) define o alcance, época e direção de auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
- (E) não pode, desde logo, definir objetivos do relatório do trabalho.

79. A documentação de auditoria:

- I. Também é conhecida como “papéis de trabalho”.
- II. Deve ser preparada de modo que um leigo possa entender a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados.
- III. Deve ser sigilosa, ocultando, por exemplo, o nome do profissional que executou o trabalho de auditoria.
- IV. Trata-se de coleção de papéis para a elaboração do relatório final que pode, excepcionalmente, conter documentos emitidos após a data desse relatório.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

80. Fatores de risco para a ocorrência de fraude são pressões/incentivos, oportunidades ou atitudes/racionalizações que ocorrem naturalmente nos mercados, mas que acabam por favorecer o surgimento de distorções relevantes e intencionalmente causadas nas demonstrações contábeis.

A alternativa que contém, respectivamente, uma pressão/incentivo, uma oportunidade e uma atitude/racionalização reconhecidas nas normas como fatores de risco é:

- (A) Mudança previstas nos planos de benefícios dos empregados / obrigações financeiras pessoais / relacionamentos adversos entre a entidade e empregados com acesso a dinheiro.
- (B) Alto nível de competição ou saturação do mercado, acompanhada por declínio da margem de retorno / garantias pessoais em dívidas da entidade / partes significativas da remuneração atreladas a metas agressivas de performance.
- (C) Demissões previstas de empregados / ativos pequenos sem identificação clara de propriedade / mudança do estilo de vida de funcionários com acesso a ativos.
- (D) Tolerância a pequenos roubos / remuneração incompatível com a expectativa / grandes quantias em dinheiro em mãos.
- (E) Segregação inadequada de funções / investigação inadequada da vida pregressa de candidatos a empregos / falta de conciliação completa de ativos.

**Legislação Tributária**

81. Considerando a expressa disposição do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013), considere as seguintes assertivas:
- I. É direito do contribuinte ter conhecimento e obter certidão sobre atos, contratos, decisões, pareceres ou procedimentos de seu interesse, que se encontrem em poder da Administração pública, salvo se a informação solicitada estiver protegida por sigilo, observada a legislação pertinente à espécie.
 - II. É direito do contribuinte a eliminação parcial de dados falsos e/ou obtidos por meios ilícitos.
 - III. É direito do contribuinte a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados.
 - IV. O prazo do procedimento de fiscalização não poderá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, por despacho fundamentado da autoridade responsável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

82. No Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013), consta como obrigação do contribuinte
- (A) identificar-se pessoalmente nas repartições administrativas e nas ações fiscais, não podendo fazê-lo através de representante.
 - (B) disponibilizar local adequado em seu estabelecimento, para a execução dos procedimentos de fiscalização.
 - (C) apresentar, quando solicitado e no prazo estabelecido pelo Auditor Fiscal da Receita Estadual, bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos.
 - (D) aguardar que a fiscalização o oficie para atualizar seus dados cadastrais, quando então, deverá fazê-lo.
 - (E) apresentar, bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos, estabelecido pelo Auditor Fiscal da Receita Estadual, responsável pela fiscalização.

83. Em relação às regras sobre a tributação do IPVA no Estado de Goiás (Lei nº 11.651/2011):
- (A) É pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA o adquirente ou o remetente do veículo, em relação a fato gerador posterior ao tempo de sua aquisição.
 - (B) O IPVA não incide sobre a propriedade de veículo pertencente à embaixada e consulado estrangeiros credenciados junto ao Governo brasileiro.
 - (C) Contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo automotor ou seu possuidor a qualquer título.
 - (D) O IPVA incide na data da aquisição do veículo usado, desde que o alienante seja domiciliado neste Estado e o veículo esteja licenciado neste Estado.
 - (E) É sujeito passivo por substituição tributária do IPVA é o credor fiduciário, no caso de alienação fiduciária em garantia e o arrendador, no caso de arrendamento mercantil.

84. São objetivos do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás:
- (A) Assegurar aos contribuintes o direito à ampla defesa e ao contraditório somente após o início do processo administrativo contencioso.
 - (B) Promover o bom relacionamento entre fisco e contribuinte, baseado no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e no dever fundamental de pagar tributos, visando fornecer ao Estado os recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições.
 - (C) Assegurar que o cumprimento das obrigações tributárias não ocorra de forma extemporânea.
 - (D) Assegurar uma forma lícita de apuração, declaração e recolhimento de tributos, bem como a manutenção e apresentação de bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos a eles relativos.
 - (E) Assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços de orientação aos contribuintes, que pode ser remunerada de acordo com o valor gasto com os servidores e materiais da Administração pública empregados na prestação deste serviço.



85. A Lei estadual nº 16.469, de 19 de janeiro de 2009, que regula o processo administrativo tributário e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária, contém regras específicas acerca de prazos, que constituem elemento fundamental de qualquer trâmite processual. De acordo com esta Lei,
- (A) o curso do prazo processual se interrompe, anualmente, nos dias compreendidos entre 15 de dezembro e 15 de janeiro.
 - (B) não se considera dia de expediente normal, para fins de início e encerramento de contagem de prazo processual tributário, aquele que se encerra antes da hora normal, na repartição em que se deva praticar o ato.
 - (C) os prazos processuais são contínuos e peremptórios, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e o do vencimento.
 - (D) a parte não pode renunciar à totalidade do prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
 - (E) a prática do ato, antes do término do prazo respectivo, não implica desistência do prazo remanescente.
-
86. A Lei estadual nº 16.469, de 19 de janeiro de 2009, que regula o processo administrativo tributário e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária contém regras a respeito das partes processuais e da capacidade processual. De acordo com as regras desta Lei,
- (A) a Fazenda Pública Estadual é representada no processo pela Procuradoria Geral do Estado.
 - (B) a vista do processo fora do recinto da repartição será aberta por termo lavrado nos autos, e o prazo improrrogável de 5 dias, para restituição dos autos, começará a fluir no primeiro dia útil posterior àquele consignado no referido termo.
 - (C) durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, desde que representado por profissional advogado, têm direito ao uso da palavra, na forma estabelecida no regimento interno do CAT.
 - (D) ao sujeito passivo, representado ou não por profissional advogado, ou ao seu representante, é facultada vista do processo, fora do recinto da repartição, na fluência dos prazos recursais.
 - (E) durante a sessão de julgamento, o Representante Fazendário têm direito ao uso da palavra, na forma estabelecida no regimento interno do CAT.
-
87. De acordo com o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013), são garantias do contribuinte a
- (A) fruição dos benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, bem como o acesso a linhas oficiais de crédito e a participação em licitações, desde que não exista processo administrativo ou judicial relativo a crédito de natureza tributária não inscrito em dívida ativa.
 - (B) possibilidade de pagar penalidade pecuniária de valor inferior a R\$ 10.000,00, em prazo não inferior a 120 dias, quando a infração não tiver sido cometida com dolo, fraude ou simulação.
 - (C) exclusão da responsabilidade pelo pagamento de tributo e de multa previstos em lei.
 - (D) faculdade de corrigir obrigação tributária, principal e/ou acessória, após iniciado o procedimento fiscal visando apurar a sua prática, o que impedirá a aplicação de sanção pelo ilícito previamente retificado.
 - (E) presunção relativa de verdade dos lançamentos contidos em seus livros, documentos e arquivos contábeis ou fiscais.
-
88. O Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013) traz diversas disposições sobre os Deveres da Administração Fazendária. A respeito dessas disposições,
- (A) sempre serão fornecidos aos contribuintes cópias de livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos ou programas de computador apreendidos ou entregues às Autoridades Fiscais, independente de prévia solicitação.
 - (B) todas as decisões administrativas serão fundamentadas em seus aspectos de fato e de direito, sob pena de nulidade relativa.
 - (C) a Administração pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, finalidade, interesse público, eficiência e motivação dos atos administrativos.
 - (D) é permitido à Administração pública, em casos de extrema urgência, assim entendida a ocorrência de flagrante infracional ou continuidade de ação fiscal realizada em outro contribuinte, dar início à fiscalização, após 24 (vinte e quatro) horas da expedição de ordem de fiscalização.
 - (E) os bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos ou programas de computador apreendidos ou entregues pelo contribuinte, inclusive aqueles que constituam prova de infração à legislação tributária, serão devolvidos no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início dos procedimentos de fiscalização.



89. Conforme a Lei nº 11.651, de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás, ocorre o fato gerador do ICMS no momento
- (A) da verificação da existência de estabelecimento de contribuinte, não inscrito no cadastro estadual ou em situação cadastral irregular, em relação ao estoque de mercadorias nele encontrado e em relação às entradas e saídas ocorridas nos 90 dias anteriores a esta constatação.
 - (B) do ato final do transporte rodoviário de cargas ou de pessoas, iniciado no exterior ou em outro Estado.
 - (C) da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, exceto se destinada a outro estabelecimento do mesmo contribuinte ou com a finalidade de devolução.
 - (D) da emissão do cupom fiscal ou de documento equivalente na hipótese de fornecimento de alimentação em restaurantes e bares.
 - (E) do encerramento da atividade do estabelecimento relativamente ao estoque nele existente, declarado pelo sujeito passivo como o da contagem física ou do trancamento, pelo Fisco, desse estoque.
90. O Decreto nº 4.852, de 1997, relativamente ao ICMS, estabelece que
- (A) o imposto incide sobre a operação de saída de bem em comodato para destinatário localizado neste Estado.
 - (B) o imposto não incide sobre operações com ouro, jornal e leitor de livro digital.
 - (C) não-incidência é a situação que não está contemplada no campo de incidência do imposto ou aquela que a lei elegeu como não sujeita à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.
 - (D) o imposto não incide sobre a operação que destine mercadoria, inclusive produto primário e produto industrializado, a outro Estado.
 - (E) o imposto incide sobre a operação que destine a outro Estado petróleo e lubrificante dele derivado, quando destinados à comercialização ou à industrialização.
91. A Lei estadual nº 16.469, de 19 de janeiro de 2009, que regula o processo administrativo tributário e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária contém regras atinentes às intimações e às formas como elas devem ser feitas. De acordo com a citada Lei,
- (A) a intimação é feita por meio de comunicação enviada ao domicílio tributário eletrônico (DTE) e é considerada feita na data de acesso à comunicação ou sete dias após a data da postagem, caso não acessada nesse período.
 - (B) a intimação feita por meio de ciência direta à parte é provada com sua assinatura, e é considerada feita no primeiro dia útil seguinte à data do respectivo cliente.
 - (C) a parte sempre será intimada das decisões proferidas no processo administrativo tributário.
 - (D) a intimação pode ser feita por meio de carta registrada, com aviso de recepção, e é considerada feita ao sujeito passivo 7 dias após a data da entrega dela à agência postal, sempre que o aviso de recepção for omissivo quanto à data de seu recebimento, e o correio não tiver informado, por via eletrônica, a data de seu recebimento.
 - (E) todas as formas de intimação nela previstas são alternativas e não estão sujeitas a ordem de preferência.
92. Manoela, viúva, domiciliada e residente em Rio Verde/GO, desde 2005, doou, em abril de 2018, para seu sobrinho Marcos, domiciliado e residente em Palmas/TO, o terreno de sua propriedade, localizado na cidade de Itumbiara/GO, cujo valor de mercado foi apurado como sendo de R\$ 700.000,00. Em maio do mesmo ano, doou para sua sobrinha neta Marlene, domiciliada e residente em Cuiabá/MT, uma coleção de pulseiras de ouro com brilhantes, cujo valor de mercado foi apurado como sendo de R\$ 500.000,00. De acordo com o Código Tributário do Estado de Goiás, instituído pela Lei estadual nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991,
- (A) Manoela, doadora, é a contribuinte do ITCD devido ao Estado de Goiás, no montante de R\$ 38.500,00, em razão da doação do terreno feita a Marcos.
 - (B) Marlene e Marcos, na condição de donatários, são devedores do ITCD ao Estado de Goiás, na condição de contribuintes, nos respectivos montantes de R\$ 30.000,00 e de R\$ 56.000,00.
 - (C) Manoela, doadora, é a contribuinte do ITCD devido ao Estado de Goiás, no montante de R\$ 25.500,00, em razão da doação das joias feitas a Marlene.
 - (D) o ITCD não incide sobre a doação das joias a Marlene, pois o ouro só é tributado pelo IOF.
 - (E) embora haja incidência do ITCD na doação feita a Marcos, este imposto não pertence ao Estado de Goiás, porque Marcos é domiciliado e residente em Palmas/TO.
93. Conforme a Lei nº 11.651, de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás, o ICMS incide sobre
- (A) a entrada, no território goiano, de mercadoria oriunda de outro Estado, adquirida por não contribuinte.
 - (B) a entrada, no território goiano, decorrente de operação interestadual, de petróleo e combustíveis gasosos dele derivados, quando destinados à comercialização ou à industrialização.
 - (C) o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias, exceto em bares, restaurantes e estabelecimentos de diversão noturna.
 - (D) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios, pelo valor total das mercadorias e serviços, salvo na hipótese em que a Lei Complementar nº 87, de 1996, expressamente os sujeitar apenas à incidência do ISS.
 - (E) prestações de serviços de transporte internacional, interestadual, intermunicipal, e intramunicipal por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.



94. Conforme o Anexo VIII do Decreto nº 4.852, de 1997, que dispõe sobre a substituição tributária do ICMS:
- (A) O estabelecimento comercial que recebe obra de arte, produto químico e produto agropecuário em operação interna é substituto tributário em relação às operações anteriores e posteriores.
 - (B) O estabelecimento industrial que implantar, no Estado de Goiás, projeto industrial relacionado à extração, industrialização e circulação de minério de níquel, cobre e seus derivados, mediante a celebração de termo de acordo de regime especial com a Secretaria da Fazenda para tal fim, é substituto tributário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido na operação interna anterior de aquisição de energia elétrica não destinada à comercialização ou à industrialização.
 - (C) O industrial é substituto tributário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido na operação interna anterior, na aquisição, efetuada diretamente do estabelecimento produtor, para utilização como matéria prima em processo industrial, de: ácido sulfúrico ou ácido nítrico, rã viva ou abatida de qualquer tipo, carvão mineral, leite pasteurizado e óleo mineral purificado e filtrado.
 - (D) A Refinaria de Petróleo e a Distribuidora de Combustível inscritas na ANP são substitutos tributários, assumindo a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pelo estabelecimento produtor de álcool, na operação interna de aquisição de cana-de-açúcar, para utilização no processo de industrialização de álcool.
 - (E) A empresa industrial que utiliza energia elétrica como insumo em processo industrial é substituta tributária, assumindo a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido nas operações anteriores e subseqüentes, desde a produção ou importação até o consumo.
95. Conforme o Anexo IX do Decreto nº 4.852, de 1997, que dispõe sobre os benefícios fiscais relativos ao ICMS:
- (A) Na hipótese de benefício fiscal cuja utilização seja facultada ao contribuinte, podendo este optar pela sua aplicação em substituição ao sistema normal de tributação do ICMS, essa opção deverá ser consignada em documento fiscal eletrônico assinado nos termos da ICP Brasil e transmitido ao Fisco até o dia 31 de janeiro de cada ano.
 - (B) A celebração de termo de acordo de regime especial com a Secretaria da Fazenda é condição necessária, mas não suficiente, para a aplicação dos benefícios fiscais previstos no referido Anexo, e o termo deverá ser firmado pelo titular da Secretaria e pelo Governador do Estado, a quem compete decidir sobre a sua conveniência, manutenção, revogação e prazo de vigência.
 - (C) A utilização dos benefícios fiscais contidos no referido Anexo é condicionada a que o contribuinte contribua para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no valor correspondente ao percentual de 15% aplicado sobre o montante da diferença entre o valor do imposto calculado com aplicação da tributação integral e o calculado com utilização de benefício fiscal.
 - (D) Nas hipóteses de não-incidência, isenção ou redução da base de cálculo previstas no referido Anexo é permitida a manutenção de crédito relativo às mercadorias entradas e aos serviços tomados.
 - (E) A utilização de alguns dos benefícios fiscais nele previstos, cuja concessão tenha sido autorizada por lei estadual, fica condicionada a que o sujeito passivo esteja adimplente com o ICMS relativo à obrigação tributária cujo pagamento deva ocorrer no mês correspondente à referida utilização e não possua crédito tributário inscrito em dívida ativa, exceto se a exigibilidade estiver suspensa de acordo com o art. 503 do referido Decreto, ou para o qual tenha sido efetivada a penhora de bens suficientes para o pagamento do total da dívida.
96. Para fins de incidência do ICMS, conforme o Decreto nº 4.852, de 1997, equipara-se à saída para o exterior a
- (A) remessa de mercadoria para depósito fechado ou armazém geral localizados no Estado.
 - (B) remessa de mercadoria para empresa comercial exportadora, desde que localizada em outro Estado.
 - (C) remessa de mercadoria, com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a outro estabelecimento da mesma empresa.
 - (D) prestação de serviço de transporte vinculada a operação de recebimento de insumos, que depois de processados, serão exportados para o exterior.
 - (E) remessa e o retorno de mercadoria para industrialização, em estabelecimento localizado no Estado, quando o produto resultante se destinar a exportação.
97. No que se refere à Escrituração Fiscal Digital - EFD o Decreto nº 4.852, de 1997, dispõe que
- (A) a EFD é obrigatória para o contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS optante pelo Simples Nacional a partir do início de sua atividade.
 - (B) o contribuinte dispensado da EFD pode optar por utilizá-la, de forma irretratável, mediante requerimento dirigido à Gerência de Informações Econômico-Fiscais – GIEF – da Secretaria da Fazenda, hipótese em que terá 20% de desconto no imposto a recolher.
 - (C) esta compõe-se de grande parte das informações, impressas e encadernadas, necessárias e suficientes à apuração do imposto referente à operação e prestação praticada pelo contribuinte do ICMS e do IPI, bem como outras de interesse do contribuinte.
 - (D) o contribuinte deve utilizar a EFD para efetuar a escrituração dos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Apuração do ICMS, dentre outros.
 - (E) as informações devem ser prestadas em arquivo digital com assinatura do contribuinte, ou seu representante legal, autenticada em cartório por verossimilhança, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica da EFD.



98. Conforme o Anexo XV do Decreto nº 4.852, de 1997, na operação promovida por estabelecimento contribuinte do ICMS localizado em outro Estado que destine mercadoria para consumidor final não contribuinte localizado no Estado de Goiás, realizada em junho de 2017, sendo a alíquota interestadual de 12%, a alíquota interna em Goiás de 17% e a alíquota interna no Estado do remetente de 18%. Conforme esse Anexo,
- (A) parte do valor do ICMS devido deveria ter sido paga ao Estado de Goiás e parte ao Estado de origem, devendo ter sido consideradas as alíquotas interestadual e interna do Estado de localização do remetente.
 - (B) o ICMS relativo à operação deveria ter sido pago ao Estado de destino, pois nos impostos tipo IVA (Imposto por Valor Adicionado) prevalece o princípio do destino.
 - (C) o ICMS relativo à operação deveria ter sido pago ao Estado de origem, em decorrência do princípio de origem.
 - (D) parte do valor do ICMS devido deveria ter sido paga ao Estado de Goiás e parte ao Estado de origem, devendo ter sido consideradas no cálculo as alíquotas interestadual e interna do Estado de Goiás.
 - (E) o imposto devido deveria ter sido pago metade ao Estado de origem e metade ao Estado de Goiás, em decorrência do cooperativismo federativo.
-
99. De acordo com a Lei estadual nº 16.469/2009, o Processo Administrativo Tributário compreende o Processo
- (A) de Restituição, que diz respeito ao reconhecimento, feito pelo Conselho Superior do CAT, em instância única, do direito à restituição de tributo pago indevidamente pelo sujeito passivo, em decorrência de lançamento fiscal.
 - (B) Contencioso Fiscal para a solução de consultas, restituição de tributos, inclusão e exclusão, de ofício, de contribuinte do Simples Nacional, tem, como órgão recursal especial, mediante avocação, o Secretário da Fazenda do Estado.
 - (C) Contencioso Fiscal, para o controle da legalidade do lançamento, cuja fase contenciosa se inicia com a lavratura do Auto de Infração, que deve ser apreciado pelo Presidente do CAT, quando o valor do crédito tributário for igual ou superior a R\$ 1.000.000,00.
 - (D) de Consulta, que tem por objetivo solucionar dúvidas sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária, e será apreciado em duas instâncias, sempre que a consulta tiver sido formulada por entidade representativa de classe, sendo vedada sua formulação por órgãos da Administração pública.
 - (E) de Inclusão ou Exclusão de Ofício de Contribuinte do Simples Nacional, por meio do qual o Conselho Administrativo Tributário – CAT apreciará os atos relativos à inclusão ou exclusão, de ofício, de contribuinte no regime do Simples Nacional.
-
100. O Anexo XV do Decreto nº 4.852, de 1997, estabelece as regras de tributação do ICMS nas operações e prestações que destinem mercadoria, bem ou serviço a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Goiás. Conforme esse Anexo,
- (A) nas operações interestaduais que destinem mercadoria a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado no Estado de Goiás, fica atribuída ao estabelecimento remetente a responsabilidade pelo pagamento do ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas.
 - (B) para fins de cálculo do diferencial de alíquota nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte localizado em Goiás, a alíquota interestadual a ser utilizada será a prevista em Resolução do Senado para contribuintes em geral e a prevista na LC 123/2006 quando o remetente for optante do Simples Nacional.
 - (C) o adicional de 2% na alíquota do ICMS previsto no § 6º do art. 20 do Decreto nº 4.852 não deve ser considerado para fins de obtenção da base de cálculo do diferencial de alíquotas devido ao Estado de Goiás, pois se destina a prover recursos ao Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS.
 - (D) o remetente localizado em outro Estado, inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de Goiás, que promover saída de mercadoria para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado no Estado de Goiás, deve calcular o valor do imposto correspondente ao diferencial de alíquotas, devido em cada operação, e recolher este valor mediante a utilização de GNRE em até 21 dias contados do fato gerador.
 - (E) o remetente de mercadoria, localizado em outro Estado, deve apurar o valor do imposto devido pelo diferencial de alíquotas e pagá-lo ao Estado de Goiás, mediante aplicação das seguintes fórmulas: (i) ICMS Origem = $BC \times A$ ICMS Inter; (ii) ICMS destino = $(BC \times A \text{ ICMS Intra}) - (ICMS \text{ Origem} \times 2)$.
-
101. O Decreto nº 9.104, de 2017, dispõe sobre o pagamento do ICMS, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, a ser feito pelo contribuinte optante pelo Simples Nacional (DIFAL – Simples Nacional), nas aquisições de mercadorias destinadas à comercialização. Conforme esse decreto,
- (A) no cálculo do ICMS correspondente ao DIFAL – Simples Nacional o contribuinte pode reduzir a base de cálculo de tal forma que resulte na aplicação sobre o valor da operação do equivalente ao percentual de 10%.
 - (B) a alíquota prevista para as operações e prestações interestaduais prevalece para fins de obtenção do DIFAL – Simples Nacional, ainda que o remetente seja optante pelo Simples Nacional.
 - (C) exige-se o pagamento do ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna utilizada em Goiás e a alíquota interestadual, na aquisição interestadual de mercadoria destinada à comercialização efetivada por contribuinte optante pelo Simples Nacional (DIFAL – Simples Nacional), inclusive nas aquisições sujeitas à antecipação do pagamento do imposto.
 - (D) se o destinatário da mercadoria adquirida fora do Estado for optante pelo Simples Nacional e mantiver contrato de franquia com empresa franqueadora multinacional líder do setor, não será exigido o pagamento relativo ao diferencial de alíquota (DIFAL – Simples Nacional).
 - (E) na aquisição de produtos intermediários, material de embalagem e material secundário, destinados à utilização em processo de industrialização, está dispensado o pagamento da DIFAL – Simples Nacional.



102. O Código Tributário do Estado de Goiás, instituído pela Lei estadual nº 11.651/91, contempla regras relativas à contribuição de melhoria. De acordo com este Código,
- (A) o valor total a ser arrecadado, a título de contribuição de melhoria, poderá ser superior ao custo da obra, em casos específicos, previstos em decreto estadual.
 - (B) o atraso no pagamento da contribuição de melhoria sujeitará o infrator ao pagamento de multa de 30%, que será reduzida a 15%, no caso de o atraso ser inferior a 90 dias.
 - (C) respondem solidariamente pela contribuição de melhoria devida pelo contribuinte tanto o comprador do imóvel como a pessoa que receber o imóvel a título de legado, em transmissão *causa mortis*.
 - (D) a pessoa que após a conclusão da obra e respectiva valorização imobiliária, adquire, por meio de doação, imóvel localizado em área discriminada em edital publicado para cobrança do tributo, é contribuinte da contribuição de melhoria.
 - (E) a contribuição de melhoria tem como fato gerador a execução de obras e será cobrada pelo Estado, para fazer face a suas despesas correntes.
103. De acordo com o Código Tributário do Estado de Goiás, instituído pela Lei estadual nº 11.651/1991, é isenta do IPVA a propriedade de veículo adquirido por pessoas em tratamento de câncer. Relativamente a esta isenção,
- (A) para que ela possa ser usufruída, é necessário que o beneficiário esteja em tratamento desta doença na rede pública de saúde municipal, estadual ou federal, ou, se na rede particular, desde que seja em hospitais mantidos por entidades religiosas, por entidades ligadas à indústria do tabaco, ou por fundações assistenciais de saúde.
 - (B) para que ela possa ser usufruída, é necessário que automóvel seja terrestre, de passageiros ou de carga, novo, fabricado no Brasil ou em país do Mercosul, equipado com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos e de valor não superior a R\$ 75.000,00.
 - (C) ela abrange todos os acessórios instalados no veículo, ou que vierem a ser nele instalados, nos 30 dias posteriores à data de emissão do documento fiscal correspondente a sua aquisição, sejam eles equipamentos originais ou não do veículo adquirido, desde que seu valor total seja limitado ao montante de R\$ 10.000,00.
 - (D) ela se aplica a até dois veículos automotores por proprietário, desde que um deles seja de passageiros e, o outro, de carga.
 - (E) a alienação do veículo adquirido, antes de 2 anos contados da data da sua aquisição, para pessoa que não satisfaça às condições e aos requisitos estabelecidos na legislação, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.
104. A Lei Complementar estadual nº 104/2013 instituiu o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás, que contempla várias regras relacionadas com as multas aplicadas pelo Fisco estadual. De acordo com este Código,
- (A) é garantia do contribuinte a inexistência de visto em documento de arrecadação utilizado para pagamento de multa com atraso, exclusivamente em relação àquelas aplicadas por descumprimento de obrigações acessórias, e desde a infração não tenha sido cometida com dolo, fraude ou simulação.
 - (B) as multas pelo descumprimento de obrigações principais ou acessórias relacionadas a operações ou prestações amparadas por não-incidência, imunidade, diferimento, retenção antecipada do imposto por substituição tributária e isenção, serão aplicadas com redução de 30%.
 - (C) é direito do contribuinte ter ciência dos prazos para pagamento de multas aplicadas em razão de infrações cometidas com dolo, fraude ou simulação, bem como das reduções a elas aplicáveis, com a especificação do procedimento a ser adotado em cada caso.
 - (D) as multas pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a operações ou prestações amparadas por não-incidência, imunidade, diferimento, suspensão, retenção antecipada do imposto por substituição tributária e isenção, serão aplicadas com redução de 60%.
 - (E) um de seus objetivos é proteger o contribuinte contra o exercício abusivo do poder de cobrar multas, que deverão ser prévia e integralmente instituídos por meio de norma da legislação tributária, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício financeiro.
105. De acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, que instituiu o Código Tributário do Estado de Goiás, o ITCD incide e é devido a este Estado
- (A) sobre a transmissão *causa mortis* em que o herdeiro, depois de transcorridos 180 dias contados da data da abertura da sucessão, manifeste renúncia à herança, sem ressalva ou condição, em benefício do monte, inclusive nos casos em que ele não tenha praticado qualquer ato que demonstre ter havido aceitação da herança.
 - (B) na transmissão *causa mortis* de 100.000 sacas de café que eram de propriedade de José, e estavam armazenadas no Estado de Minas Gerais na data de sua morte, sendo que o inventário e a partilha foram feitos por meio de escritura pública, lavrada em tabelião do Estado do Rio de Janeiro, o último domicílio do *de cujus* foi na cidade de Goiânia e os herdeiros eram domiciliados no Estado do Rio Grande do Sul.
 - (C) na extinção de usufruto que resulte na consolidação da propriedade plena.
 - (D) na instituição de direito real de usufruto de bem imóvel localizado no Estado de Tocantins, quando o usufrutuário e o nu-proprietário forem domiciliados no Estado de Goiás.
 - (E) na transmissão de bem móvel que corresponda, simultaneamente, a uma operação incluída no campo de incidência do ICMS, desde que este imposto seja devido ao Estado de Goiás.



106. De acordo com o Código Tributário do Estado de Goiás, instituído pela Lei nº 11.651/1991, ocorre o fato gerador do ITCD, na transmissão
- (A) morte do fiduciário, na substituição de fideicomisso.
 - (B) por doação, na data do ato da doação, exceto nos casos em que houver reserva de direito real, ou em que a transmissão ocorrer a título de adiantamento da legítima ou de cessão não onerosa.
 - (C) *causa mortis*, na data da abertura da sucessão legítima ou testamentária, excetuados os casos de sucessão provi-sória.
 - (D) por doação, na data da partilha, na hipótese de dissolução de sociedade conjugal que beneficiar uma das partes, em relação ao conjunto total de bens e direitos partilhados, inclusive aos relativos à meação.
 - (E) *causa mortis*, na data da abertura da sucessão, quando a partilha beneficiar uma das partes, em relação ao excedente de quinhão, decorrente de inventário e partilha objeto de lavratura de escritura pública.

Direito Tributário

107. J.J. Silva, Auditor-Fiscal da Receita Estadual, autoridade competente para a prática de todos os atos de fiscalização de tributos estaduais nas empresas do Estado de Goiás, no curso de procedimento fiscal que está realizando na empresa "Cachoeira dos Anjos e Arcanjos Ltda." (empresa hipotética), localizada em Itumbiara/GO, depois de examinar documentos e livros fiscais e contábeis do estabelecimento, chegou à conclusão, fundamentadamente, de que seria indispensável o exame de informações bancárias e financeiras da referida empresa. Com base nas informações acima e no disposto na Lei Complementar nº 105/01, o referido Auditor-Fiscal
- (A) não poderá examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos ou aplicações financeiras, sem que haja decisão judicial autorizando a quebra do sigilo fiscal do contribuinte.
 - (B) nada poderá fazer, se não comprovar a ocorrência de crime contra a Administração pública, contra a ordem tributária e contra a previdência social, ou ainda, de lavagem de dinheiro ou de ocultação de bens, direitos e valores.
 - (C) deverá solicitar a instauração de processo administrativo específico para, com base nele, solicitar o exame dos livros e registros das instituições financeiras, vedado o exame referente às contas de depósitos e às aplicações financeiras do contribuinte.
 - (D) poderá examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, porque há procedimento fiscal em curso na empresa.
 - (E) deverá solicitar à Delegacia da Receita Federal a instauração de processo administrativo específico para obtenção das informações de que necessita, e o posterior repasse dessas informações ao fisco estadual goiano, mediante assinatura de convênio de que trata o art. 199 do CTN.
-
108. M.M. Alves, Auditor-Fiscal da Receita Estadual, autoridade competente para a prática de todos os atos de fiscalização de tributos estaduais nas empresas do Estado de Goiás, estava legalmente na posse de informações sigilosas, protegidas pela Lei Complementar nº 105/01, e relacionadas com contribuinte goiano que estava sendo fiscalizado por ele. Contrariamente ao que determina a referida lei, M.M. Alves utilizou e viabilizou a outras pessoas a utilização indevida dessas informações. Em razão disso,
- (A) esse Auditor-Fiscal não responderá pelos danos decorrentes de seus atos, se ficar comprovado que ele agiu de acordo com orientação oficial.
 - (B) a entidade pública não será responsabilizada por danos causados, ainda que o servidor tenha agido de acordo com orientação oficial sua, se ficar comprovado que o referido Auditor-Fiscal, tendo conhecimento da ilicitude de seu comportamento, mesmo assim agiu com dolo, fraude ou simulação.
 - (C) esse Auditor-Fiscal não responderá pelos danos decorrentes de seus atos, se não ficar comprovado que ele agiu com dolo, fraude ou simulação, mas a entidade pública será responsabilizada objetivamente.
 - (D) esse Auditor-Fiscal responderá subsidiariamente pelos danos decorrentes de seus atos, desde que não seja possível responsabilizar, em primeiro lugar, objetivamente, a entidade pública.
 - (E) esse Auditor-Fiscal responderá pessoal e diretamente pelos danos decorrentes, sem prejuízo da responsabilidade objetiva da entidade pública, quando comprovado que o servidor agiu de acordo com orientação oficial.



109. O supermercado "Sol Brasil" (empresa fictícia) adquiriu as seguintes mercadorias: 100 latas de goiabada, 100 kg de farinha de trigo, 1.000 barras de sabão, 1.000 tubos de pasta de dente, 100 exemplares da revista semanal "Futebol" e 1 forno industrial para assar pão. O contribuinte em questão pretende creditar-se da integralidade do ICMS relacionado a todas essas aquisições. Com base nas normas da Lei Complementar nº 87/96 e nas informações acima, bem como tendo em vista que todas essas mercadorias/bens não estão sujeitas ao regime de substituição tributária e que o contribuinte não se enquadra nas regras do SIMPLES NACIONAL, o referido supermercado
- (A) só poderá creditar-se do valor equivalente à entrada de 50 revistas "Futebol", porque metade delas extraviou-se antes de sua entrada no supermercado.
 - (B) deverá estornar o crédito referente 100 barras de sabão, em razão de essas 100 barras terem sido utilizadas, três semanas após a sua aquisição, na limpeza do próprio estabelecimento, não tendo sido objeto de revenda à clientela do supermercado, como era a intenção no momento de sua aquisição.
 - (C) poderá creditar-se do ICMS destacado nos documentos de aquisição de 100 latas de goiabada e de 1.000 tubos de pasta de dente, ainda que essas mercadorias tenham sido adquiridas em operação isenta, pois o supermercado não sabe, de antemão, se a saída subsequente será ou não onerada pelo imposto.
 - (D) deverá estornar 20% do crédito referente à aquisição dos 100 Kg de farinha de trigo, pois foram utilizados 80 Kg daquela farinha na elaboração dos pãezinhos vendidos na festa de Nossa Senhora de Sant'Ana, venda essa beneficiada pela isenção do ICMS.
 - (E) poderá creditar-se, de uma só vez, do valor integral do ICMS incidente na operação referente à aquisição do forno industrial.
-
110. A Constituição Federal estabelece, na alínea "g" do inciso XII do § 2º do seu art. 155, que cabe à lei complementar federal regulamentar a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. A Lei Complementar nº 24/75 faz a regulamentação determinada no texto constitucional. De acordo com esta Lei Complementar, se um Estado brasileiro desejar conceder isenção no âmbito do ICMS, é preciso que ele obtenha autorização para tanto, em reuniões do CONFAZ, para as quais tenham sido convocados representantes
- (A) de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do governo federal, que a maioria das Unidades da Federação esteja presente a elas, e que a decisão pela concessão do benefício seja tomada por unanimidade dos Estados representados.
 - (B) de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência rotativa do representante de um dos Estados, que quatro quintos das Unidades da Federação esteja presente a elas, e que a decisão pela concessão do benefício seja tomada por, pelo menos, três quartos dos Estados representados.
 - (C) da maioria dos Estados e do Distrito Federal, sob a presidência rotativa do representante de um dos Estados, que a totalidades das Unidades da Federação convidadas esteja presente a elas, e que a decisão pela concessão do benefício seja tomada por, pelo menos, quatro quintos dos Estados representados.
 - (D) da maioria dos Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do governo federal, que quatro quintos das Unidades da Federação convidadas esteja presente a elas, e que a decisão pela concessão do benefício seja tomada por unanimidade dos Estados representados.
 - (E) de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência rotativa do representante de um dos Estados, que a maioria das Unidades da Federação esteja presente a elas, e que a decisão pela concessão do benefício seja tomada por, pelo menos, quatro quintos dos Estados representados.
-
111. A Constituição Federal, na alínea "c" do inciso XII do § 2º do seu art. 155 estabelece que cabe à lei complementar federal disciplinar o regime de compensação do imposto. Atendendo a este comando da norma constitucional acerca do regime de compensação do ICMS, a Lei Complementar nº 87/96 estipula que
- (A) as obrigações consideram-se vencidas, salvo disposição de lei estadual em contrário, no quinto dia útil posterior ao do término do período de apuração do imposto.
 - (B) a lei estadual, em substituição a outras formas de apuração do imposto, poderá estabelecer que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço, em cada operação, vedado este cotejo dentro de determinado período.
 - (C) é vedado, sem prévia autorização fiscal, o transporte de saldo credor do imposto, para o período seguinte de apuração, quando o montante dos créditos de um estabelecimento superar o dos débitos deste mesmo estabelecimento.
 - (D) a legislação tributária estadual disporá sobre o período de apuração do imposto.
 - (E) estabelece que a lei estadual, em substituição a outras formas de apuração do imposto, poderá estabelecer que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço dentro de determinado período, vedado o cotejo operação a operação.



112. A Constituição Federal contempla várias regras que têm por finalidade limitar o poder de tributar das pessoas jurídicas de direito público interno. De acordo com essas regras, é vedado aos Estados
- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
 - (B) instituir impostos sobre videofonogramas musicais produzidos no Mercosul, contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros, e obras em geral, interpretadas por artistas brasileiros ou por artistas cidadãos de países integrantes do Mercosul, bem como sobre os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, inclusive na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
 - (C) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, facultada, para fins de desoneração tributária total ou parcial, a distinção em razão de origem étnica, de nível de escolaridade, de ocupação profissional e de função por eles exercida.
 - (D) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da regulamentação da lei que os houver instituído, aumentado ou reduzido.
 - (E) cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido regulamentada a lei que os instituiu ou aumentou, podendo o referido prazo ser reduzido, nos casos em que seu término ocorrer no exercício subsequente, hipótese em que o tributo poderá ser cobrado desde o primeiro dia do novo exercício.
-
113. É fundamental, para o exercício do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Estadual, conhecer as regras do Código Tributário Nacional a respeito do lançamento tributário, pois uma de suas atividades funcionais poderá ser a de promover a constituição do crédito tributário, por meio daquele procedimento administrativo. De acordo com o referido Código,
- (A) a legislação tributária de cada tributo poderá fixar prazo para homologação da atividade desenvolvida pelo sujeito passivo, que será de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, e de oito anos, no caso de se comprovar que o sujeito passivo agiu com dolo, fraude ou simulação.
 - (B) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação, a autoridade administrativa deverá desenvolver a atividade de lançamento por homologação do tributo e da penalidade pecuniária.
 - (C) quando o sujeito passivo ou terceiro presta à autoridade administrativa, na forma da legislação tributária, informações sobre matéria de fato, indispensáveis à constituição do crédito tributário, está-se diante do denominado "lançamento de ofício".
 - (D) o lançamento que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo, ou a terceiro, a obrigação de prestar autoridade administrativa, na forma da legislação tributária, informações sobre matéria de fato, as quais deverão ser homologadas no prazo decadencial de cinco anos, denomina-se "lançamento por homologação".
 - (E) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária, o lançamento será efetuado, de ofício, aplicando-se ao infrator a penalidade pecuniária correspondente.
-
114. De acordo com a Constituição Federal, o Estado de Goiás será sujeito ativo da obrigação tributária principal, relativamente ao ITCMD, na
- (A) transmissão onerosa de um apartamento localizado no Município de Anápolis/GO, sendo que o alienante tem domicílio e residência em Catalão/GO, e o adquirente tem domicílio e residência no Distrito Federal.
 - (B) transmissão, por doação, da propriedade de rebanho localizado em fazenda do Município de Nova Crixás/GO, sendo que doador e donatário têm domicílio e residência no Distrito Federal.
 - (C) transmissão *causa mortis* de bem imóvel localizado no Distrito Federal, quando o inventário seja processado no Município de Rio Verde/GO.
 - (D) transmissão, por doação, de um terreno localizado em Senador Canedo/GO, sendo que o doador tem domicílio e residência em Manaus/AM e o donatário tem domicílio e residência no Distrito Federal.
 - (E) transmissão *causa mortis* de veículo automotor localizado no Distrito Federal, quando o inventário seja processado no Distrito Federal, mas o legatário deste bem seja domiciliado em Morrinhos/GO.



115. Dr. Diogo, titular de escritório de consultoria em matéria tributária, foi indagado por quatro clientes seus, a respeito da tributação do ISSQN e do ICMS, pois queriam saber como deveriam tributar corretamente as atividades que pretendiam desenvolver. Dr. Diogo respondeu para

- I. Alícia, dentista, que os serviços odontológicos prestados serão tributados pelo ISSQN, enquanto que o material aplicado será tributado pelo ICMS, desde que esse material representasse mais de 50% do valor cobrado do paciente.
- II. Renato, proprietário de hotel, que o valor da alimentação fornecida, se incluída no valor da diária, estará sujeita ao ISSQN, mas, se excluída do valor da diária, estará sujeita ao ICMS.
- III. Carlos, proprietário de um estabelecimento que tem por atividade a reprografia de documentos, que, no caso de elaboração de fotocópias, o ISSQN incidirá somente sobre 2/3 do valor cobrado do cliente, enquanto que o ICMS incidirá apenas sobre 1/3 do valor cobrado.
- IV. Andrea, proprietária de um laboratório de próteses dentárias confeccionadas sob encomenda, que, se a prótese tiver finalidade meramente estética, e não plástica reparadora, tanto os serviços prestados como os materiais utilizados na sua confecção serão tributados pelo ICMS.

Está correto o que Dr. Diogo respondeu APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II.

116. O Código Tributário Nacional estabelece que a moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário. De acordo com o referido Código,

- (A) ela pode ser concedida em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por decreto, se o prazo concedido for de até seis meses, e, por lei, se o prazo concedido for superior a seis meses.
- (B) a moratória pode ser concedida em caráter geral pelos Estados, quanto a tributos de competência da União, dos próprios Estados e do Distrito Federal, ou ainda dos Municípios, quando essa concessão tiver sido autorizada, de forma geral ou específica, por resolução do Senado Federal.
- (C) a lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, vedada essa concessão a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- (D) a moratória, exceto quando se tratar de reincidência em um prazo quinquenal, pode ser concedida aos casos de simulação do sujeito passivo, ou do terceiro em benefício daquele.
- (E) salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

117. Relativamente ao domicílio tributário do sujeito passivo, o CTN

- (A) dispõe que, na falta de eleição, o domicílio tributário das pessoas naturais será o local de residência do parente mais próximo do sujeito passivo.
- (B) estabelece que o domicílio da pessoa natural é a sua residência habitual, ficando facultado à autoridade administrativa elegê-lo apenas nos casos em que essa residência habitual for incerta ou desconhecida.
- (C) estabelece que o domicílio da pessoa jurídica de direito privado, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, é o lugar de cada estabelecimento seu, desde que outro não seja por ela eleito.
- (D) permite, como regra, que o contribuinte o escolha livremente, vedada essa possibilidade ao responsável.
- (E) estabelece que é aquele previsto na lei que instituir cada tributo, ou, no caso de ser permitida sua eleição pelo contribuinte, é vedada sua alteração dentro de um mesmo exercício.



118. "H. Silva & Silva" (empresa fictícia), comércio atacadista de produtos alimentícios, é contribuinte do ICMS e, nas vendas de mercadorias que efetua à sua clientela, ele mesmo se encarrega de remeter, transportar e entregá-las, por meio de veículos próprios. Certa vez, quando seu veículo estava em trânsito, transportando mercadorias para serem entregues a seus clientes, foi abordado por autoridades fiscais, que solicitaram ao motorista a exibição dos documentos fiscais que deveriam estar acompanhando a remessa, o transporte e a entrega das mercadorias aos seus respectivos destinatários. O motorista, porém, afirmou que não tinha documento fiscal algum consigo.

A penalidade que a legislação do ICMS comina para o contribuinte que não emite documento fiscal é de 50% do valor da operação. Por outro lado, a mesma lei comina penalidade de 30% para o contribuinte que emite o referido documento, mas deixa de levá-lo consigo na remessa, transporte e entrega das mercadorias aos seus destinatários. A mesma lei, ainda, estabelece que a apenação do sujeito passivo por uma das infrações, impede a apenação dele pela outra.

Tendo em conta a disciplina do Código Tributário Nacional acerca desta matéria, considerando a situação descrita, bem como a dúvida insuperável existente quanto ao fato infracional efetivamente ocorrido, as referidas autoridades fiscais

- (A) deverão interpretar a norma que define infrações e a que lhe comina penalidades, de maneira mais favorável ao sujeito passivo infrator, caso não consigam eliminar a dúvida quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato infracional por praticado pelo sujeito passivo.
- (B) deverão efetuar um lançamento reclamando a penalidade referente à falta de emissão de documento fiscal, e outro reclamando a penalidade por remessa, transporte e entrega de mercadoria, desacompanhada de documento fiscal, com a finalidade de evitar a decadência, conforme determina expressamente o próprio CTN, deixando para a autoridade judicante, administrativa ou judicial, a tarefa de identificar qual sanção deverá ser efetivamente aplicada.
- (C) deverão efetuar um lançamento único, reclamando tanto a penalidade referente à falta de emissão de documento fiscal, como a penalidade por remessa, transporte e entrega de mercadoria, desacompanhada de documento fiscal, deixando para a autoridade judicante, administrativa ou judicial, a tarefa de identificar qual sanção deverá ser efetivamente aplicada.
- (D) deverão efetuar o lançamento da penalidade por falta de emissão de documento fiscal, pelo simples fato de esta infração implicar sanção menos branda do que a cominada para a falta de emissão de documento fiscal, uma vez que o fisco não tem competência para abrir mão de receita de natureza punitiva.
- (E) não poderão efetuar o lançamento da penalidade, enquanto não tiverem absoluta certeza quanto à infração cometida.

119. A contribuição de melhoria é uma espécie de tributo expressamente mencionada na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional. De acordo com as normas do CTN, esta contribuição pode ser cobrada pelo Estado, para fazer face

- (A) ao custo dos reparos promovidos em uma pista elevada para bicicletas, que, embora tenha ocasionado a depreciação dos imóveis circunvizinhos a ela, solucionou os problemas de tráfego da região.
- (B) ao custo extraordinário incorrido pelo poder público, referente à contratação de professores estrangeiros, contratados para lecionar na faculdade estadual local, tornando-a uma faculdade de ponta no Brasil.
- (C) a despesas referentes à limpeza de um campo de futebol de propriedade do clube da região, que conseguiu, com isso, melhorar a qualidade de vida das crianças que residiam nas suas redondezas.
- (D) ao custo de obras públicas referentes à edificação, pelo poder público estadual, de uma escola e de um parque públicos, os quais acabaram valorizando a região como um todo, inclusive os imóveis circunvizinhos.
- (E) ao custo extraordinário incorrido pelo poder público, referente à alteração de destinação dos prédios históricos da região, ocasionando a valorização do acervo histórico mobiliário que neles se contra.

120. Relativamente à fiscalização tributária, notadamente no que diz respeito aos impostos de competência das diversas pessoas jurídicas de direito público interno, o Código Tributário Nacional estabelece que às Fazendas Públicas é permitida a prestação de assistência mútua

- (A) para a permuta de informações de caráter tributário, mas vedada para fiscalização dos tributos respectivos, pois a fiscalização é atividade indelegável.
- (B) apenas para a fiscalização de tributos respectivos, desde que restrita ao âmbito dos Estados e do Distrito Federal, relativamente aos impostos de sua competência comum, e ao âmbito dos Municípios, relativamente aos impostos de competência comum destes.
- (C) entre todas elas, para a fiscalização dos tributos respectivos e para a permuta de informações, na forma estabelecida por lei ou convênio, em caráter geral ou específico.
- (D) apenas para a permuta de informações, desde que restrita ao âmbito dos Estados e do Distrito Federal, relativamente aos impostos de sua competência comum, e ao âmbito dos Municípios e do Distrito Federal, relativamente aos impostos de competência comum destes.
- (E) entre todas elas, para a permuta de informações e para a fiscalização de tributos, na forma estabelecida, por lei ou convênio, vedada a prestação de informações pela Fazenda Pública da União, que, no entanto, poderá recebê-las das Fazendas Públicas estaduais e municipais.